

LIGHT S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023

LIGHT S.A.
CNPJ/ME Nº 03.378.521/0001-75
NIRE 33.3.0026.316-1
Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Prezados Senhores,

A Administração da Light S.A. ("Light" ou "Companhia") convida seus acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO/E" ou "Assembleia"), a realizar-se em 28 de abril de 2023, às 17 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do §2º-A do art. 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da Resolução CVM nº 81 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia, nos termos do Edital de Convocação publicado nesta data e nos termos abaixo propostos ("Proposta"):

Em linha com as boas práticas de governança corporativa, baseadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos na Resolução CVM 81, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas no seu *website* (ri.light.com.br), no *website* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Os assuntos a serem deliberados na AGO/E estão listados na ordem do dia do Edital de Convocação e reproduzidos nos Itens desta Proposta.

Para a instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será necessária, em primeira convocação, a presença de acionistas representando, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia. Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação da Assembleia, a Assembleia será novamente convocada para, em segunda convocação, deliberar sobre os Itens da ordem do dia, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

Orientações Gerais para participação na Assembleia

Via boletim de voto à distância ("Boletim"), nos termos da Resolução CVM 81, para a AGO e/ou para a AGE, conforme o caso, a ser enviado ao seu respectivo agente de custódia, ao banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia por meio de endereço eletrônico ri@light.com.br.

Via plataforma digital Ten Meetings, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído nos termos da Lei das S.A. O acionista que enviar o Boletim de Voto a Distância poderá participar da Assembleia remotamente, por meio eletrônico. No entanto, caso o acionista exerça o direito de voto na Assembleia, o seu Boletim será desconsiderado e os votos proferidos em tempo real serão considerados válidos.

Mais informações a respeito da participação na AGO/E poderão ser encontradas no Manual de Participação, disponível nos websites indicados acima.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2023.

A Administração

1. Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária:

I. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e aprovem os referidos documentos abaixo.

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme a Lei das S.A. e a Resolução CVM 81:

A) Formulário DFP de 2022 (disponibilizado no website da CVM em 28 de março de 2023), contendo:

- Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- Cópia das Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia;
- Notas Explicativas;
- Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes; e
- Relatório Anual do Comitê de Auditoria, incluindo sua manifestação com relação às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

B) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 2 do Formulário de Referência e com a Resolução CVM 81 (**Anexo I**); e

C) Parecer do Conselho Fiscal, datado de 27 de março de 2023, já divulgado ao mercado.

Os documentos acima identificados encontram-se à disposição dos acionistas no escritório da Companhia na Av. Marechal Floriano, nº 168, Parte – Segundo Andar – Corredor A, Centro, Rio de Janeiro – RJ, e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

A Administração da Companhia propõe que os acionistas apreciem as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e, após exame e discussão, aprovem os referidos documentos, tal como apreciados e aprovados, em reunião realizada em 27 de março de 2023, pelo Conselho de Administração da Companhia, com a recomendação favorável do Comitê de Auditoria e considerando o Parecer do Conselho Fiscal.

Em reunião realizada na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, sem quaisquer emendas e/ou ressalvas, a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para que os acionistas possam discuti-las e votá-las.

As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, que emitiu parecer sobre tais Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

A Administração esclarece que, conforme a Demonstração do Resultado do Exercício, constante das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no exercício social de 2022 a Companhia apurou prejuízo no valor de R\$ 5.672.203 mil. Nos termos do artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A., o prejuízo do exercício social de 2022 será parcialmente absorvido pelas reservas da Companhia.

Nos termos do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81 em razão da apuração de prejuízo no exercício social de 2022.

II. Fixar o número de membros do Conselho de Administração

De acordo com o art. 8º do Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto por até 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

Desde o exercício de 2022, a Companhia vem implementando mudanças em sua estrutura organizacional e nos órgãos de administração. Nesse sentido, para o mandato que se iniciará com a eleição na Assembleia e vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, a Administração propõe que o Conselho de Administração seja composto por 05 (cinco) membros.

III. Eleger os membros do Conselho de Administração

A Assembleia Geral de acionistas deverá eleger os membros do Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, que se iniciará com a eleição na Assembleia e vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024.

A Administração submete à aprovação dos Acionistas a chapa a seguir para a eleição dos membros do Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 (dois) anos:

- Abel Alves Rochinha;
- Firmino Ferreira Sampaio Neto;
- Hélio Paulo Ferraz;
- Thiago Renno Osorio; e
- Yuiti Matsuo Lopes.

A Administração esclarece que todos os membros da chapa proposta são enquadrados como conselheiros independentes de acordo com §2º do art. 8º do Estatuto Social e a definição do Regulamento do Novo Mercado. A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes será deliberada pela Assembleia.

De acordo com a Lei das S.A., a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por meio de votação majoritária ou pelo processo de voto múltiplo. O processo de voto múltiplo depende do pedido apresentado por acionistas representando pelo menos 5% do capital social votante, até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. No caso de adoção do processo de voto múltiplo, cada ação conferirá ao seu titular tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos (neste caso, 5 (cinco) membros), sendo permitida aos acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários.

Conforme informado pela Companhia em Aviso aos Acionistas de 30 de março de 2023, os acionistas TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES e VICTOR ADLER, titulares, em conjunto, de mais de 5% (cinco por cento) do capital social e votante da Companhia, apresentaram requerimento válido de adoção de voto múltiplo na eleição do Conselho de Administração. Dessa forma, salvo se houver a retirada do requerimento, a eleição do Conselho de Administração será realizada pelo processo de voto múltiplo.

Caso o voto múltiplo seja adotado para a eleição do Conselho de Administração, a Administração propõe que os votos sejam distribuídos proporcionalmente, em percentuais igualitários, entre os membros que compõem a chapa ora submetida.

Considerando que a Companhia não possui acionista controlador, não é aplicável o procedimento de eleição em separado previsto no art. 141, §4º, incisos I e II da Lei 6.404/76 - Lei das S.A.

A Administração esclarece que as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relativamente aos candidatos acima indicados estão contidas no **Anexo II** da presente Proposta.

IV. Instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal

De acordo com o disposto no art. 21, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente, devendo ser composto, quando instalado, por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A instalação do Conselho Fiscal depende da aprovação de acionistas que representem no mínimo 2% (dois por cento) do capital social votante, nos termos da Resolução CVM 70.

A Administração propõe a instalação do Conselho Fiscal e que o número de membros do Conselho Fiscal seja fixado em 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes.

V. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal

Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a Administração da Companhia sugere a recondução dos membros atuais que compõem o Conselho Fiscal.

Titulares	Suplentes
Luiz Paulo de Amorim	Natalia Carneiro de Figueiredo
Sergio Xavier Fortes	João Ricardo Pereira da Costa
Ary Waddington	Luiz Felipe Monteiro Lemos

Em havendo mais indicações por parte de acionistas para o Conselho Fiscal, estes deverão observar as previsões legais, incluindo aquelas constantes da Lei das S.A., da Resolução CVM 81 e do Ofício Circular.

Os membros eleitos exercerão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2024.

No **Anexo III** constam as informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência a respeito dos candidatos acima indicados.

VI. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023

A Administração propõe para aprovação da AGO/E o valor global de remuneração dos administradores para o exercício de 2023 no valor de R\$18.315.700,01. A Administração esclarece que, em linha com a decisão do colegiado da CVM no Proc. SEI nº 19957.007396/2017-00, o montante global ora proposto à AGO/E apenas abrange o montante pago diretamente pela própria Companhia aos seus administradores.

Não obstante, informamos que a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, e a remuneração variável de curto prazo dos membros da Diretoria, é rateada entre a Companhia, a Light S.E.S.A. e a Light Energia S.A., conforme o tempo dedicado às suas funções em cada companhia do Grupo Light. A totalidade da Remuneração Baseada em Ações, a que fazem jus apenas os membros da Diretoria, é reconhecida no resultado da Light S.A.

Informações detalhadas a respeito da proposta estão contidas nos **Anexos IV e V** à presente Proposta.

a) Exercício de 2021:

No exercício de 2021, a remuneração total dos administradores foi de até R\$16.366.656,14, compreendendo as parcelas relativas à Remuneração Fixa, Remuneração Variável e Remuneração Baseada em Ações.

b) Exercício de 2022:

No exercício de 2022, a remuneração total dos administradores foi de até R\$10.692.251,93, compreendendo as parcelas relativas à Remuneração Fixa, Remuneração Variável e Remuneração Baseada em Ações.

c) Exercício de 2023:

Para fins comparativos e de informação, a Companhia indica abaixo os valores estimados pela Companhia relativos à remuneração dos administradores para o exercício de 2023, compreendendo tanto a remuneração a ser paga diretamente pela Light S.A., quanto a remuneração a ser paga pelas suas controladas Light S.E.S.A. e Light Energia.

Conforme detalhado no **Anexo IV** à presente Proposta, o valor global estimado de remuneração dos administradores é de R\$18.315.700,01 para o exercício social de 2023, referente ao período de janeiro a dezembro.

O montante global anual proposto acima refere-se a uma estimativa da verba máxima total que pode vir a ser reconhecida pela Companhia e pelas suas controladas Light S.E.S.A. com relação à remuneração de seus administradores (incluindo as parcelas de remuneração fixa e variável, de benefícios eventuais e incluindo a provisão da parcela a vestir durante o exercício social em curso de bônus de retenção de executivos, cujo pagamento ocorrerá somente em 2026) no exercício social em curso, sendo compreendida pelos componentes abaixo:

A) Remuneração Fixa

A parcela da remuneração global estimada para o exercício de 2023 correspondente à remuneração fixa, acrescida de benefícios, a ser paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, é de até R\$10.848.499,54 (incluindo a provisão da parcela a vestir durante o exercício social de bônus de retenção de executivos, cujo pagamento ocorrerá somente em 2026).

B) Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração variável de curto prazo é composta por um bônus de curto prazo, de acordo com a complexidade da posição, atrelado à performance de metas e indicadores de desempenho, o que permite compartilhar os riscos e os resultados, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos executivos.

A parcela da remuneração global estimada para o exercício de 2023 correspondente à remuneração variável de curto prazo, a ser paga aos membros da Diretoria, é de até R\$ 4.729.862,45.

C) Remuneração Baseada em Ações

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de julho de 2019 ("Plano 2019") e um Plano de Incentivo de Longo Prazo aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022 ("Plano 2022" em conjunto com o Plano 2019, "Planos"). Ambos os Planos estão sem efeitos práticos na remuneração a que os beneficiários dos Planos fazem jus, tendo em vista que o valor atual de cotação das ações de emissão da Companhia está 90% inferior ao valor target dos Planos. Dessa forma, a Administração está propondo à deliberação nesta AGO/E a extinção do Plano 2019, e o Plano 2022 já foi cancelado por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

A parcela da remuneração global estimada para o exercício de 2023 correspondente à remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações a ser deliberado na AGO/E, é de até R\$ 2.737.338,02, cujos termos e condições estão descritos nos **Anexos VI e VII** desta Proposta da Administração.

Informações detalhadas sobre a remuneração proposta para os Administradores são apresentadas no **Anexo V** à presente Proposta, de acordo com a Seção 8 do Formulário de Referência.

VII. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal

Uma vez instalado o Conselho Fiscal, a Administração propõe, conforme **Anexo IV** à presente Proposta, como remuneração global dos seus membros o valor total de R\$ 494.136,00, referente ao período de seu mandato.

Os membros do Conselho de Fiscal recebem uma remuneração global paga 100% pela Light S.E.S.A. (subsidiária integral).

2. Matérias constantes na ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária

I. Aprovar o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

A administração da Companhia propõe que seja aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), conforme **Anexo VI** da presente Proposta, para permitir a outorga de opções de compra de ações de emissão Companhia a Diretores estatutários e não-estatutários da Companhia e de suas controladas, com os seguintes objetivos principais:

- (i) gerar um maior alinhamento de interesses dos executivos com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios;
- (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia;
- (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os atuais e novos executivos, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e
- (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

As condições e demais informações relativas ao Plano, exigidas pelo artigo 14 da Resolução CVM 81, encontram-se no **Anexo VII** desta Proposta.

II. Cancelar o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de julho de 2019.

A administração da Companhia propõe o cancelamento do Plano 2019, conforme previsto na Cláusula 11 do Plano 2019, com a consequente extinção de todos os seus programas, tendo em vista que o Conselho de Administração da Companhia não espera que sejam outorgadas novas Opções de Compra com base em tal plano, sendo certo que o cancelamento do Plano 2019 não afetará a eficácia das Opções de Compra ainda em vigor outorgadas com base nele.

ANEXO I

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência)

(art. 10º, inciso III, da Resolução CVM 81)

2. Comentários dos diretores

2.1 – Os diretores devem comentar sobre:

Introdução - financeiras de encerramento do exercício social.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os últimos e três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. As demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras com os respectivos exercícios e períodos, bem como as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período e os principais fatores que explicam tais alterações.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia é uma holding detentora de um portfólio diversificado e integrado de sociedades que atuam, principalmente, nas seguintes áreas no mercado de energia elétrica:

- (i) Distribuição: Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A.");
- (ii) Geração: Light Energia S.A. ("Light Energia"), Amazônia Energia Participações S.A., Lightger S.A.; e
- (iii) Comercialização: LightCom Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom").

Patrimônio Líquido e Caixa

R\$ mil	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	43.866	396.777
Títulos e Valores Mobiliários	2.039.665	3.208.196
Patrimônio Líquido	2.804.964	8.733.101
Dívida Líquida ⁽¹⁾	9.032.166	7.352.919
Dívida LÍQ./Patrimônio Líquido	3,22	0,84

⁽¹⁾ A Dívida Líquida corresponde ao somatório do circulante e não circulante dos empréstimos, financiamentos, e rendas a receber e a pagar de operações de swap, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Vide reconciliação da Dívida Líquida apresentada no item 2.5 do Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$2.844.757 mil, significando uma redução de 67,4% em relação aos R\$8.733.101 mil em 31 de dezembro de 2021. Os diretores entendem que essa variação ocorreu em função da rubrica prejuízos acumulados no montante de R\$ 5.657.372 mil.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$8.733.101 mil, significando um aumento de 23,4% em relação aos R\$7.076.212 mil em 31 de dezembro de 2020. Os diretores entendem que essa variação ocorreu em função da emissão de novas ações ocorrida em janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$43.886 mil. Os Diretores entendem que as Companhias do Grupo Light apresentam situação financeira com elevado nível de endividamento, sendo necessária a captação/rolagem de novas dívidas para o pagamento das dívidas existentes, tendo em vista que a geração de caixa operacional não é suficiente para honrar os compromissos futuros. Na mesma data, a Dívida Líquida da Companhia totalizava R\$9.032.236 mil, representando um aumento de 23% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando totalizava R\$7.352.919 mil. Dessa forma, a relação Dívida Líquida/patrimônio líquido atingiu 3,22 em 31 de dezembro de 2022 e resultou em 0,84 em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, 2,86% do total de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) possuía garantias reais e flutuantes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$396.777 mil. Na mesma data, a Dívida Líquida da Companhia totalizava R\$7.352.919 mil, representando um aumento de 34,2% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizava R\$5.477.790 mil. Dessa forma, a relação Dívida Líquida/patrimônio líquido atingiu 0,84 em 31 de dezembro de 2021 e resultou em 0,77 em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, 13,56% do total de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) possuía garantias reais e flutuantes.

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais

Índices de Endividamento	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total/Ativo total)	88,2%	69,1%
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total) ¹	26,5%	32,0%
Imobilização do Patrimônio Líquido ²	182,1%	62,6%
Índices de Liquidez	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,8	1,5
Liquidez Seca (Ativo Circulante – Estoque) /Passivo Circulante)	0,8	1,5

¹ O passivo total equivale a soma do passivo circulante com o passivo não circulante.

² O índice de Imobilização do Patrimônio Líquido corresponde a divisão da (i) soma dos saldos de ativo de contrato, investimentos, imobilizado e intangível pelo (ii) patrimônio líquido.

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da Companhia financiados por credores, teve aumento de 19,1 pontos percentuais na composição entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da Companhia financiados por credores, teve uma redução de 4,1 pontos percentuais na composição entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

A Composição do Endividamento indica se a Companhia concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. Em 31 de dezembro de 2022, do montante referente ao principal de empréstimos, financiamento e debêntures, 9,0% (R\$ 961.478 mil) possuía vencimento no curto prazo e 91,0% (R\$ 9.727.212 mil) possuía vencimento no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, do montante referente ao principal

de empréstimos, financiamento e debêntures, 16,3% (R\$1.795.055 mil) possuía vencimento no curto prazo.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do ativo de contrato, investimentos, imobilizado e intangível da Companhia está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a Companhia investir em ativo de contrato, investimentos, imobilizado e intangível, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o perfil apresentado pela Companhia era compatível com setor de capital intensivo, no qual grandes investimentos são necessários para a expansão e manutenção da base de ativos da Companhia, sendo necessário financiamento com capital de terceiros para fazer jus a esses investimentos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava capital circulante (ativo circulante deduzido do passivo circulante) negativo consolidado de R\$871.574 mil. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava capital circulante (ativo circulante deduzido do passivo circulante) positivo consolidado de R\$2.635.302 mil. Os Diretores entendem que o valor negativo do capital circulante líquido foi impactado principalmente em função do valor a devolver aos consumidores dos créditos de PIS/COFINS.

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. O resultado desses indicadores em 31 de dezembro de 2022 indica uma insuficiência de cobertura das obrigações de curto prazo. Nesse sentido, a Companhia vem buscando captações de longo prazo com o objetivo de continuar alongando o vencimento da dívida.

(b) Estrutura de Capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza, frequentemente, captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 11,8% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 88,2% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido). Os Diretores entendem que a variação ocorreu principalmente em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 30,9% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 69,1% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido). Os Diretores entendem que a variação ocorreu principalmente em função da emissão de novas ações ocorrida em janeiro de 2021.

A variação da composição do capital social da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

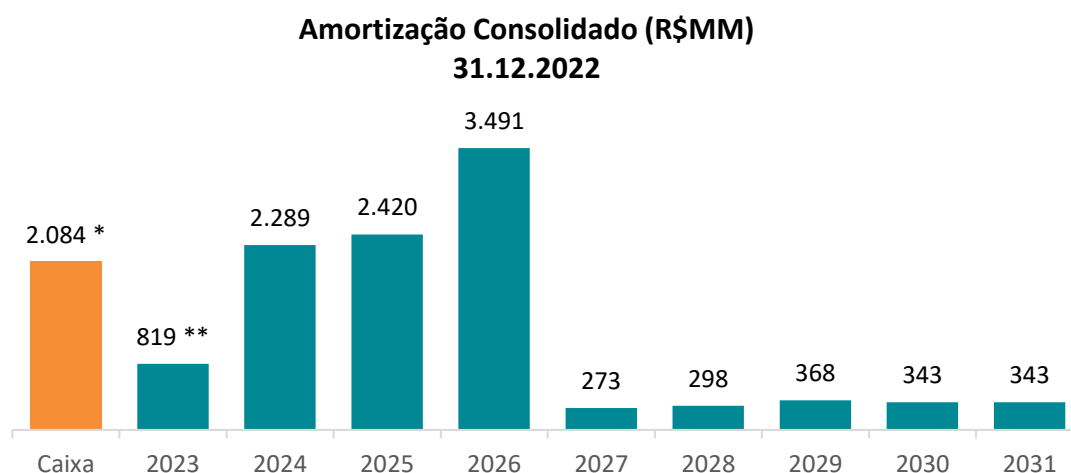
(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
CAPITAL PRÓPRIO		
Patrimônio líquido	2.844.757	8.733.101
CAPITAL DE TERCEIROS		
Passivo circulante	5.644.466	6.688.727
Passivo não circulante	15.616.880	12.856.044
Total do Passivo circulante + não circulante	21.261.346	19.544.771
Total do passivo e patrimônio líquido	24.106.103	28.277.872

A Administração da Companhia entende que as Companhias apresentam situação financeira com elevado nível de endividamento, tendo em vista que a geração de caixa operacional não tem sido suficiente para honrar os compromissos futuros. A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia informa que não há e não houve possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, nos últimos exercícios, além das legalmente previstas.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

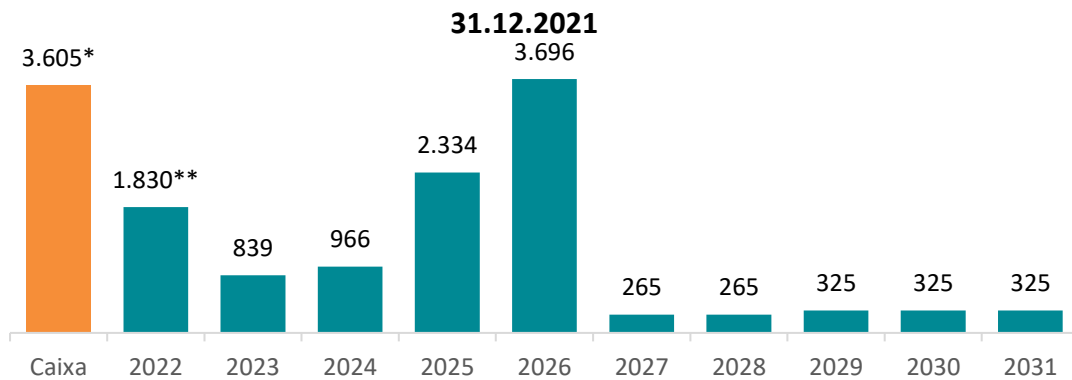
Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta (soma do circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debêntures, juros devidos, benefícios pós-emprego e rendas a receber e a pagar de operações de swap) da Companhia era de R\$ 11.115.717 mil, sendo R\$ 10.513.289 mil referentes apenas ao principal de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) escalonada ao longo dos anos, com 23,03% vencendo em até o ano de 2024 e com prazo médio de 3,00 anos.



* O saldo de R\$2.083.551 mil refere-se ao saldo de Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022.

** O saldo de R\$ 819.378 mil refere-se ao saldo de principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures - circulante em 31 de dezembro de 2022. O saldo de principal não considera os custos de captação e custos fee.

Amortização Consolidado (R\$MM)



* O saldo de R\$ 3.604.978 mil refere-se ao saldo de Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2021.

** O saldo de R\$ 1.829.663 mil refere-se ao saldo de principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures - circulante em 31 de dezembro de 2021. O saldo de principal não considera os custos de captação e custos *fee*.

Conforme explicitado na Nota Explicativa 1.1 das demonstrações Financeiras de 2022, o perfil de endividamento, fluxo de caixa, posição de liquidez e recursos podem não ser suficientes para cobrir suas necessidades correntes e de longo prazo, embora não seja possível garantir que essa situação permanecerá inalterada.

Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas principalmente por meio de recursos de terceiros e por meio de nossa oferta de ações.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos exercícios sociais, a Companhia utilizou diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades, incluindo linhas de crédito com bancos comerciais e bancos de desenvolvimento, , além da emissão de títulos de valores mobiliários. Para seus investimentos em ativos não circulantes, a Companhia utilizou linhas de financiamento de outros bancos e instituições financeiras de desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de principal de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) era de R\$3.762.371 mil e de debêntures (circulante e não circulante) era de R\$6.750.918 mil. Para mais informação sobre os empréstimos e financiamentos, ver item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de principal de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) era de R\$ 4.387.127 mil e de debêntures (circulante e não circulante) era de R\$ 6.618.592 mil. Para mais informação sobre os empréstimos e financiamentos, ver item 2.1(f) do Formulário de Referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos 2 (dois) exercícios sociais, por meio de contratação de financiamento junto a instituições financeiras, e também emissão de ações.

Os Diretores da Companhia acreditam que caso haja a necessidade de realização de novos investimentos em ativos não circulantes ou caso a capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa da Companhia seja insuficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, a Companhia envidará esforços contínuos para permitir a continuidade operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias descritas na Nota Explicativa 1.1 das demonstrações Financeiras de 2022.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta (soma do circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debêntures e rendas a receber e a pagar de operações de swap) da Companhia era de R\$ 11.115.717 mil, sendo R\$ 3.762.371 mil referentes ao principal de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), R\$ 6.750.918 mil referente ao principal de debêntures (circulante e não circulante), R\$ 175.331 mil referentes a encargos devidos e R\$ 427.097 mil referentes ao saldo líquido de rendas a receber e a pagar de operações de swap. Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Líquida (soma do circulante e não circulante dos empréstimos, financiamentos, debêntures e rendas a receber e a pagar de operações de swap, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$ 9.032.166 mil, que correspondia à Dívida Bruta deduzida de R\$ 2.083.551 mil referentes a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2022, do montante referente ao principal de empréstimos, financiamento e debêntures, 7,5% (R\$ 786.078 mil) possuía vencimento no curto prazo e 92,5% (R\$ 9.727.212 mil) possuía vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Em R\$ mil	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾ (circulante e não circulante)	3.762.371 ⁽³⁾	4.409.018 ⁽⁴⁾
Debêntures ⁽²⁾ (circulante e não circulante)	6.750.918 ⁽³⁾	6.735.308 ⁽⁴⁾
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i> ativo e passivo, líquidos (circulante e não circulante) (circulante e não circulante)	427.097	(186.434)
Dívida Bruta	11.115.717	10.957.892
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(43.866)	(396.777)
(-) Títulos e valores mobiliários	(2.039.665)	(3.208.196)
Dívida Líquida⁽⁵⁾	9.059.916	7.352.919

(1) Inclui principal e encargos.

(2) Inclui principal e encargos.

(3) Em 31 de dezembro de 2022, o valor do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) eram de R\$ 3.762.371 mil e R\$ 6.750.918 mil, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 10.513.289 mil.

(4) Em 31 de dezembro de 2021, o valor do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) eram de R\$ 4.387.127 mil e R\$ 6.618.592 mil, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 11.005.719 mil.

(5) A composição da dívida líquida não inclui o passivo de obrigações por arrendamento em 31/12/2020 e 31/12/2021.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As dívidas referentes à confissão de dívida com a União Federal contam com cessão fiduciária de direitos creditórios e possuem caução e o FIDC possui garantias de recebíveis pela Light S.E.S.A. Os demais contratos contam com a garantia fidejussória da Companhia, sem garantias reais:

Notes Units

Em 18 de junho de 2021, foram internalizados os recursos captados através de nova oferta no mercado internacional de notes units, no valor total de R\$3.021.180 (USD 600 milhões), sendo R\$2.014.120 (USD 400 milhões) para a controlada Light SESA e R\$1.007.060 (USD 200 milhões) para a controlada Light Energia. As notes units têm vencimento em 18 de junho de 2026 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 4,375% ao ano. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade full swap, com custo médio de 144,10% do CDI. Os recursos obtidos com a emissão das notes units serão utilizados pelas controladas Light SESA e Light Energia para (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo e (ii) reforço de sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) da referida operação era de R\$ 2.090.377 mil na Light S.E.S.A. e de R\$ 1.045.062 mil na Light Energia.

Light S.E.S.A.

(i) Em 27 de dezembro de 2019 ocorreu a 5ª emissão da Nota Promissória pela controlada Light SESA no valor de R\$ 300.000 mil, sendo em três séries de R\$ 100.000 mil cada, com vencimento em 27 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, e custo de CDI + 1,25% a.a. Esta operação tem como coordenador o Banco Santander. O Referido contrato teve sua quitação total em 26/12/2022.

(ii) Em 05 de junho de 2018 foi encerrada a distribuição de 1.400 milhões de cotas seniores de emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light ("FIDC"), divididas em duas séries: (i) 1ª série de cotas seniores composta de 1.000 milhões de cotas, totalizando o valor de R\$ 1.000.000 mil na primeira data de integralização, com remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,20% ao ano; e (ii) 2ª série de cotas seniores composta de 400 milhões de cotas, totalizando o valor de R\$ 400.000 mil na data da primeira integralização, com remuneração equivalente ao IPCA acrescido de 5,75% ao ano. A dívida tem prazo de 6 anos, sendo um ano de carência com sessenta parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 507.375 mil;

(iii) Em 30 de setembro de 2021, foi realizada a captação de acordo com a Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962 ("Lei nº 4.131"), no valor de R\$ 216.640 (USD 40.000) junto ao Citibank pela controlada Light SESA com vencimento bullet para março de 2025. A operação possui swap até o final da dívida ao custo de CDI + 1,85% a.a.

(iv) Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.

(v) Em 08 de dezembro de 2022 foi liquidada a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Securitizadora S.A. ("CRI"), lastreada em recebíveis decorrentes da 25ª emissão de debêntures privadas da Controlada Light SESA, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional da sua controladora Light S.A. ("Debêntures"), no montante de R\$ 50.000 mil, com vencimento em sete anos, amortização nos últimos dois anos e remuneração de IPCA + 7,1773% a.a. A destinação dos recursos decorrentes das Debêntures será utilizada para reembolso de gastos de natureza imobiliária e custos já incorridos e a ocorrer de contratos de aluguéis, conforme definido em escritura.

(vi) A Light S.E.S.A. emitiu debêntures que totalizaram o valor agregado de R\$ 6.553.431 mil em emissões vigentes. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto das debêntures (circulante e não circulante) emitidas pela Light S.E.S.A. era de R\$ 6.750.918 mil. As debêntures fazem jus as seguintes datas de emissão, datas de vencimento e juros remuneratórios e/ou atualização monetária:

a. 8ª Emissão de Debêntures emitida em 10 setembro de 2012, com vencimento em 4 de junho de 2026 - juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,18% ao ano;

b. 9ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de junho de 2013, com vencimento em 15 de maio de 2023 - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,15% ao ano, no caso da primeira série; e (ii) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de taxa de juros de 5,74% ao ano, no caso da segunda série;

c. 15ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de outubro de 2018, com vencimento em 15 de outubro de 2025 - (i) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 6,83% ao ano, no caso da primeira série; e (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, no caso da segunda série (conforme aditada em 19 de setembro de 2018 e em 11 de outubro de 2018);

d. 16ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de abril de 2019, com vencimento em 15 de abril de 2025 - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 0,90% ao ano, no caso da primeira série; (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,25% ao ano, no caso da segunda série; e (iii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,35% ao ano, no caso da terceira série;

e. 17ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de outubro de 2019, com vencimento em 15 de outubro de 2026 - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,50% ao ano, no caso da primeira série; (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,75% ao ano, no caso da segunda série; e (iv) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 5,25% ao ano, no caso da quarta série; e

f. 19ª Emissão de Debêntures emitida em 28 de julho de 2020, com vencimento em 15 de julho de 2025 - (i) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 5,80% ao ano.

g. 20ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de agosto de 2020, com vencimento em 15 de agosto de 2025 - (i) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 5,08% ao ano.

h. 21ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de janeiro de 2021, com vencimento em 15 de janeiro de 2025 - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 2,60% ao ano

i. 22ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de abril de 2021, com vencimento em 15 de abril de 2031 - (i) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 4,7543% ao ano.

j. 23ª Emissão de Debêntures emitida em 15 de outubro de 2021, com vencimento em 15 de outubro de 2028 - (i) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,65% ao ano, no caso da primeira série; e (ii) juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,95% ao ano, no caso da segunda série.

k. 24ª Emissão de Debêntures emitida em 26 de abril de 2022, com vencimento em 15 de abril de 2024 - (i) amortização em parcela única, com juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescido de 1,95% ao ano

l. 25ª Emissão de Debêntures emitida em 08 de dezembro de 2022, com vencimento em 13 de novembro de 2029 - (i) atualização monetária segundo a variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 7,1773% ao ano.

(vii) Em 16 de abril de 2014, a Light S.E.S.A. celebrou o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid com a FINEP, no montante total de R\$174,2 milhões, dos quais R\$141,1 milhões foram desembolsados em 16 de maio de 2014. O Projeto Smart Grid consiste em um projeto para instalar medidores eletrônicos nas unidades de nossos clientes, permitindo que a Light S.E.S.A seja capaz de medir o consumo de energia remotamente. A data de vencimento foi 15 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, contrato se encontra quitado.

(viii) Em 29 de abril de 1996, a Light S.E.S.A. celebrou contrato com a União Federal, com interveniência anuência do Banco do Brasil S.A., confessando um débito junto ao Tesouro Nacional no valor de R\$ 455,5 milhões, com vencimento em 15 de abril de 2024. Os juros remuneratórios variam entre LIBOR, LIBOR acrescido de taxa de juros fixa e taxa de juros fixa no valor de 1% a 8% ao ano. Este contrato contém cessão fiduciária de direitos creditórios e possui caução. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) do referido contrato era de R\$ 21.528 mil.

Light Energia

(i) Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a captação de recursos no valor de R\$20.000 mil pela controlada Lajes Energia, referente ao contrato de CCB junto ao banco Santander, com o custo de CDI + 2,40% a.a. e vencimento em quatro anos. Os recursos desta foram utilizados para a liquidação antecipada integral do Financiamento de Capex junto ao BNDES no valor de R\$19.644 mil, ocorrida em 29 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) era de R\$ 8.808 mil.

(ii) Em 24 de agosto de 2012, a Light Energia realizou a sua 3ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 30 milhões. A dívida tem vencimento em 04 de junho de 2026 e custo de CDI acrescido de 1,18% ao

ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) era de R\$ 10.107 mil.

(iii) Em 11 de agosto de 2021, foi realizada a 7ª emissão de debêntures (incentivada) da controlada Light Energia, em duas séries no montante de R\$500.000 mil, sendo a primeira no montante de R\$400.000 mil e a segunda no montante de R\$100.000 mil. Ambas com vencimento em sete anos, amortizações a partir de 2025 e remunerações de IPCA + 4,85% a.a. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade full swap, com custo de CDI + 1,20% a.a. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) era de R\$ 566.322 mil.

Light Conecta

(i) Em 25 de setembro de 2018, a controlada Light Conecta Ltda. celebrou contrato de compra e venda de ativos, assunção de passivos e outras avenças com a controlada Light Esco. Em 10 de outubro de 2018 a Light Conecta assinou o 1º aditamento do contrato de financiamento com o BNDES para a transferência de dívida no montante de R\$ 4.375,9 mil com vencimento em 15 de outubro de 2023 e custo de TJLP acrescido de 0,53% ao ano. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto (correspondente a soma do principal e encargos) era de R\$ 116 mil.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e findo em 31 de dezembro de 2022, não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que não há e não existiu até o período findo em 31 de dezembro de 2021 e findo em 31 de dezembro de 2022, grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas nos contratos celebrados com o BNDES, o FIDC, e o Tesouro Nacional, sendo que citadas dívidas não possuíam grau de subordinação entre si por possuírem garantias reais, apresentadas sob a forma de cessão fiduciária ou penhor de receitas, conforme os termos de cada contrato.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia está sujeita a covenants que podem resultar no vencimento antecipado de seu endividamento. Dentre os covenants financeiros, as debêntures, notas promissórias, e empréstimos e financiamentos (incluindo aqueles com o BNDES) preveem a manutenção dos seguintes índices financeiros, conforme definidos nos respectivos contratos, em todos os casos e de maneira consolidada:

- Quociente da divisão da Dívida Líquida para Fins de covenants /EBITDA Ajustado para Covenants contratuais, menor ou inferior à escala de 3.50:1.00 a 3.75:1.00, conforme previsto nos respectivos contratos. Com exceção (a) das Notes Units, cujo referido índice é de 3.50:1.00; e (b) da 8ª emissão de debêntures da Light S.E.S.A. e da 3ª emissão de debêntures da Light Energia, cujo referido limite de 3,50:1.00, os demais contratos financeiros da Companhia preveem a obrigação de manutenção de índice financeiro Dívida Líquida para Fins de covenants menor ou inferior à escala de 3.75:1.00, quando aplicável;
- Taxa de juros de cobertura igual ou maior que a escala de 2.00:1.00 a 2.50:1.00, quando aplicável.

Exceto com relação às *Notes Units*, o vencimento antecipado das dívidas, de acordo com os contratos, ocorre quando não se atende a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. No caso das Notes Units, o descumprimento de índices financeiros acarreta a imposição de um limite para contratação de novas dívidas.

Nossas Notes Units também incluem certas obrigações, incluindo limitação sobre ônus, limitação de pagamento de dividendos e investimentos em coligadas, limitação na incidência de endividamento e limitação de vendas de ativos, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

A Companhia possui, contratos de dívida celebrados junto a instituições financeiras que possuem cláusulas restritivas relativas a: (i) falha em prover demonstrações financeiras anuais auditadas e consolidadas e balanços trimestrais, nos termos contratuais; (ii) falha em manter a prioridade de pagamento nas mesmas condições daquelas dispostas em outros contratos de dívida; (iii) transferir ou vender a propriedade ou ativos em valor agregado total igual ou maior a R\$50 milhões; (iv) inadimplir qualquer acordo em valor igual ou maior a R\$50 milhões; (v) penhorar, hipotecar ou ceder qualquer garantia relacionada a nossos ativos materiais; (vi) alteração de controle; (vii) desvalorização em nossos rating de crédito; e (viii) fusão, cisão ou incorporação, em todo caso sujeito a prazos de cura e exceções aplicáveis. Os eventos de vencimento antecipado podem estar sujeitos a exceções e períodos de cura.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

• Em 31 de dezembro de 2022, o montante de financiamentos contratados é equivalente a zero. O último contrato de financiamento utilizado pela companhia foi o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid da Light S.E.S.A firmado com a FINEP em 16 de abril de 2014, no montante total de R\$174,2 milhões, nos quais foram desembolsados R\$141,1 milhões em 16 de maio de 2014. O contrato venceu em 15 de maio de 2022, sendo integralmente quitado nesta data.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos às demonstrações de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Em 31 de dezembro de				
(em milhares, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV(%)	2021	AV(%)	AH (%)
Receita líquida	13.253.286	100,0%	14.897.920	100,0%	-11,0%
Custos da operação	-11.271.467	-85,0%	-12.476.958	83,7%	-9,7%
Energia comprada para revenda	-8.991.642	-67,8%	-10.427.435	70,0%	-13,8%
Pessoal e administradores	-287.081	-2,2%	-269.029	1,8%	6,7%
Materiais	-22.467	-0,2%	-11.599	0,1%	93,7%
Serviço de terceiros	-237.263	-1,8%	-250.669	1,7%	-5,3%
Depreciações e amortizações	-687.455	-5,2%	-653.780	4,4%	5,2%
Custo de construção	-1.146.446	-8,7%	-967.268	6,5%	18,5%

Outras receitas, líquidas	100.887	0,8%	102.822	0,7%	-1,9%
Lucro Bruto	1.981.819	15,0%	2.420.962	16,3%	-18,1%
Despesas Operacionais	-3.875.254	-29,2%	-1.230.037	8,3%	215,1%
Despesas gerais e Administrativas	-3.495.301	-26,4%	-1.190.023	8,0%	193,7%
Outras receitas/despesas	-379.953	-2,9%	-40.014	0,3%	849,6%
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-16.976	-0,1%	-47.624	0,3%	-64,4%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	-1.910.410	-14,4%	1.143.301	7,7%	-267,1%
RESULTADO FINANCEIRO	-3.447.327	-26,0%	-1.330.190	8,9%	159,2%
Receitas	639.326	4,8%	382.409	2,6%	67,2%
Despesas	-4.086.653	-30,8%	-1.712.599	11,5%	138,6%
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	-5.357.737	-40,4%	-186.889	1,3%	2766,8%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-361.874	-2,7%	4.252	0,0%	-8610,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.409	0,4%	580.582	3,9%	-91,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-5.672.202	-42,8%	397.945	2,7%	-1525,4%

No quadro abaixo segue a receita líquida por cada segmento, considerando as eliminações separadamente, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021:

Receita Líquida (em R\$ milhares, exceto se de outra forma indicado)	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH (%)
Distribuição	12.178.145	91,89%	13.625.646	91,50%	-10,62%
Geração	805.579	6,08%	853.492	5,70%	-5,61%
Comercialização	1.160.054	8,75%	1.314.234	8,80%	-11,73%
Serviços e Outros	72	0,00%	58	0,00%	24,14%
Eliminações (1)	-890.564	-6,72%	-895.510	-6,00%	-0,55%
Total	13.253.286	100,00%	14.897.920	100,00%	-11,04%

(1) Eliminações referem-se às receitas intercompany operacionais entre as empresas consolidadas. Estas receitas são relacionadas à compra e venda de energia, e receitas de transmissão. Estes saldos são eliminados para que a receita não seja contabilizada em duplicidade.

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$13.253.286 mil, representando uma redução de 11,0% em comparação à receita líquida de R\$ 14.897.920 mil registrada

no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletindo a lenta recuperação do mercado. Essa redução foi influenciada pela redução de 10,6% da receita líquida da Distribuidora, que representa 91,2% da receita líquida total.

Os Diretores da Companhia destacam que a receita líquida do segmento de distribuição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 12.178.146 mil, representando uma redução de 10,6% comparado à receita líquida do segmento de distribuição de R\$ 13.625.646 mil registrada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada, principalmente, pelo não acionamento das bandeiras tarifárias no exercício de 2022, e pela variação na conta CVA, que é uma compensação para cobertura dos custos com a Parcela A.

Os Diretores da Companhia indicam que a receita líquida do segmento de geração reduziu 5,6%, passando de R\$ 853.493 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 805.579 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Contribuiu com o resultado verificado a redução do PLD na comparação com o exercício anterior, reduzindo o valor de venda na liquidação do mercado de curto prazo da sobra de energia do período.

Os Diretores da Companhia indicam que a receita líquida do segmento de comercialização reduziu 11,7% passando de R\$ 1.314.234 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.160.054 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em virtude principalmente do fim dos contratos de longo prazo, dos menores preço de mercado para venda no curto prazo e da menor demanda por energia.

Custo da Operação

O custo da operação atingiu R\$ 11.271.467 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 9,7% abaixo dos R\$ 12.476.958 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente, por conta dos seguintes fatores:

Energia comprada para revenda. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 o custo com energia comprada para revenda, o qual representava 67,8% do custo de operação, foi de R\$ 8.991.642 mil, registrando uma redução de 13,8% comparado ao custo de R\$ 10.427.435 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, devido aos menores custos com contratos por disponibilidade e riscos hidrológicos.

Pessoal e administradores. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo de pessoal e administradores foi de R\$ 287.081 mil, representando um aumento de 6,7% comparado ao custo de R\$ 269.029 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, em virtude da maior capitalização de mão de obra realizada em 2021.

Materiais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo com materiais foi de R\$ 22.467 mil, representando um aumento de 93,7% comparado ao custo de R\$ 11.599 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente em razão da menor capitalização realizada em 2022.

Serviços de Terceiros. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo com serviços de terceiros foi de R\$ 237.263 mil, 5,3% abaixo quando comparado ao custo de R\$ 250.669 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Foram registrados maiores gastos em função da menor capitalização realizada em 2022.

Depreciações e amortizações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo com depreciações e amortizações foi de R\$ 687.455 mil, aumento de 5,2% quando comparado ao custo de R\$ 653.780 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Custos de construção. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo de construção foi de R\$ 1.146.446 mil, representando um aumento de 18,5% comparado ao custo de R\$ 967.268 mil

no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente devido à continuação do desenvolvimento das obras elétricas na área de concessão da Companhia.

Outras receitas, líquidas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica registrou receita de R\$ 100.887 mil, -1,9% em relação à receita de R\$ 102.822 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto da Companhia reduziu 18,1%, passando de R\$ 2.420.962 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.981.819 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Despesas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 as despesas operacionais somaram R\$ 3.875.254 mil, um aumento de 215,1% em relação aos R\$ 1.230.037 mil contabilizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, devido a maiores provisões regulatórias.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de Equivalência Patrimonial foi negativo em R\$ 16.976 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi negativo em R\$ 47.624 mil, apresentando uma redução de 64,4%. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação decorre, principalmente, devido ao *impairment* das participações na UHE Belo Monte e na UHE Itaocara.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 1.330.190 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa de R\$ 3.447.327 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente devido a:

Receitas. A receita financeira no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 639.326 mil, representando um aumento de 67,2% se comparado com R\$ 382.409 mil alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que esse resultado se deve às perdas da marcação a mercado das operações de swap em 2021, devido ao aumento da curva futura do CDI, e à maior rentabilidade das aplicações financeiras em 2022.

Despesas. A despesa financeira no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 atingiu R\$ 4.086.653 mil, ou seja, um aumento de 138,6% em relação aos R\$ 1.712.599 mil apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação pode ser explicada, principalmente, por conta das atualizações financeiras de provisões de características regulatórias, do aumento da dívida bruta e dos custos mais elevados dos seus encargos, atrelados ao CDI e ao IPC-A.

Lucro antes do Imposto de Renda – IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um prejuízo de R\$ 186.889 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um prejuízo de R\$ 5.357.737 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 2766,8% entre os períodos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social corrente passaram de um crédito de R\$ 4.252 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para um débito de R\$ 361.874 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente, pelo *impairment* da recuperabilidade de IR/CS, considerando a provisão da devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos representaram um crédito de R\$ 47.409 mil no período de um ano findo em 31 de dezembro de 2022 em comparação a um crédito de R\$ 580.582 mil no ano de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento, em 2021, de decisão do Superior Tribunal Federal (STF), no valor de R\$539,9 milhões, que prevê a não incidência do IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic nos casos de restituição de tributos pagos a maior.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, registramos um prejuízo de R\$ 5.672.202 mil no período de um ano findo em 31 de dezembro de 2022, contra um lucro líquido de R\$ 397.945 mil no período findo em 31 de dezembro de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Análise das principais contas patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Ativo (Em milhares de reais, exceto quando indicado em %)	Em 31.12.2022	%AV	Em 31.12.2021	%AV	%AH
Caixa e equivalentes de caixa	43.886	0,2%	396.777	1,4%	(88,9)%
Títulos e valores mobiliários	2.039.665	8,5%	3.208.196	11,3%	(36,4)%
Contas a receber de clientes	1.005.003	4,2%	2.424.681	8,6%	(58,6)%
Estoques	75.627	0,3%	65.659	0,2%	15,2%
Tributos e contribuições a recuperar	782.502	3,3%	1.262.787	4,5%	(38,0)%
Ativos financeiros do setor	157.860	0,7%	1.171.882	4,1%	(86,5)%
Despesas pagas antecipadamente	23.309	0,1%	28.844	0,1%	(19,2)%
Serviços prestados a receber	34.241	0,1%	17.316	0,1%	97,7%
Outros créditos	401.627	1,7%	612.941	2,2%	(34,5)%
	4.563.720	19,0%	9.189.083	32,5%	(50,3)%
Ativos classificados como mantidos para venda	177.069	0,7%	134.946	0,5%	31,2%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	4.740.789	19,7%	9.324.029	33,0%	(49,2)%
Contas a receber de clientes	1.416.644	5,9%	1.220.687	4,3%	16,1%
Tributos e contribuições a recuperar	3.674.179	15,3%	3.674.704	13,0%	(0,0)%
Tributos diferidos	851.768	3,5%	895.715	3,2%	(4,9)%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	13.611	0,1%	190.409	0,7%	(92,9)%
Depósitos vinculados a litígios	221.491	0,9%	221.572	0,8%	(0,0)%
Ativos financeiros do setor	41.542	0,2%	308.390	1,1%	(86,5)%
Ativo financeiro da concessão	7.697.294	32,0%	6.821.988	24,1%	12,8%
Outros créditos	160	0,0%	1.121	0,0%	(85,7)%
Ativo de contrato	664.760	2,8%	558.254	2,0%	19,1%
Investimentos	43.620	0,2%	357.761	1,3%	(87,8)%
Imobilizado	2.003.637	8,3%	1.809.881	6,4%	10,7%
Intangível	2.467.869	10,3%	2.833.555	10,0%	(12,9)%
Ativo de direito de uso	228.949	1,0%	59.806	0,2%	282,8%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.325.524	80,3%	18.953.843	67,0%	2,0%
TOTAL DO ATIVO	24.066.313	100%	28.277.872	100%	(14,9)%

Passivo (Em milhares de reais, exceto quando indicado em %)	Em 31.12.2022	%AV	Em 31.12.2021	%AV	%AH
Fornecedores	1.506.031	6,2%	2.154.037	7,6%	(30,1)%
Tributos e contribuições a pagar	238.840	1,0%	383.600	1,4%	(37,7)%
Empréstimos e financiamentos	308.946	1,3%	403.230	1,4%	(23,4)%
Debêntures	652.532	2,7%	1.530.433	5,4%	(57,4)%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	43.762	0,2%	-	0,0%	N.A
Passivos financeiros do setor	911.538	3,8%	276.353	1,0%	229,8%
Dividendos a pagar	-	0,0%	94.512	0,3%	(100,0)%
Obrigações trabalhistas	67.631	0,3%	104.492	0,4%	(35,3)%
Valores a serem restituídos a consumidores	1.104.698	4,6%	831.250	2,9%	32,9%
Obrigações por arrendamento	24.071	0,1%	25.108	0,1%	(4,1)%
Encargos regulatórios	281.738	1,2%	313.778	1,1%	(10,2)%
Outros débitos	504.679	2,1%	571.934	2,0%	(11,8)%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	5.644.466	23,4%	6.688.727	23,7%	(15,6)%
Empréstimos e financiamentos	3.464.352	14,4%	4.005.790	14,2%	(13,5)%
Debêntures	6.262.860	26,0%	5.204.873	18,4%	20,3%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	396.946	1,6%	3.975	0,0%	9.886,1%
Tributos e contribuições a pagar	161.443	0,7%	199.605	0,7%	(19,1)%
Tributos diferidos	190.064	0,8%	275.264	1,0%	(31,0)%
Participações societárias a descoberto	-	0,0%	21.614	0,1%	(100,0)%
Provisões para contingências	3.917.131	16,2%	502.103	1,8%	680,1%
Benefícios pós-emprego	277.204	1,1%	-	0,0%	N.A
Obrigações por arrendamento	215.802	0,9%	38.163	0,1%	465,5%
Valores a serem restituídos a consumidores	647.978	2,7%	2.564.550	9,1%	(74,7)%
Outros débitos	83.100	0,3%	40.107	0,1%	107,2%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	15.616.880	64,8%	12.856.044	45,5%	21,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	5.392.197	22,4%	5.392.197	19,1%	0,0%
Reserva de capital	16.637	0,1%	18.462	0,1%	(9,9)%
Reservas de lucros	3.134.858	13,0%	3.134.858	11,1%	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	273.034	1,1%	289.077	1,0%	(5,5)%
Outros resultados abrangentes	(314.597)	(1,3)%	(101.493)	-0,4%	210,0%
Prejuízos acumulados	(5.657.372)	(23,5)%	-	0,0%	N.A
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.844.757	11,8%	8.733.101	30,9%	(67,4)%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.106.103	100,0%	28.277.872	100,0%	(14,8)%

Ativo (Em milhares de reais, exceto quando indicado em %)	Em 31.12.2021	%AV	Em 31.12.2020	%AV	%AH
Caixa e equivalentes de caixa	396.777	1,4%	653.200	2,5%	(39,3)%
Títulos e valores mobiliários	3.208.196	11,3%	2.436.476	9,2%	31,7%
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	2.424.681	8,6%	3.257.127	12,3%	(25,6)%
Estoques	65.659	0,2%	62.393	0,2%	5,2%
Tributos e contribuições a recuperar	1.262.787	4,5%	792.764	3,0%	59,3%
Ativos financeiros do setor	1.171.882	4,1%	58.361	0,2%	1.908,0%
Despesas pagas antecipadamente	28.844	0,1%	25.073	0,1%	15,0%
Serviços prestados a receber	17.316	0,1%	45.017	0,2%	(61,5)%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i>	-	0,0%	156.494	0,6%	N.A
Outros créditos	705.049	2,5%	339.400	1,3%	107,7%
Ativos classificados como mantidos para venda	134.946	0,5%	147.419	0,6%	(8,5)%
Total do Ativo Circulante	9.416.137	33,3%	7.973.724	30,2%	18,1%
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.220.687	4,3%	1.013.614	3,8%	20,4%
Tributos e contribuições a recuperar	3.674.704	13,0%	4.420.018	16,7%	(16,9)%
Tributos diferidos	895.715	3,2%	449.969	1,7%	99,1%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i>	190.409	0,7%	960.009	3,6%	(80,2)%
Depósitos vinculados a litígios	221.572	0,8%	242.132	0,9%	(8,5)%
Ativos financeiros do setor	308.390	1,1%	15.358	0,1%	1.908,0%
Ativo financeiro da concessão	6.821.988	24,1%	5.197.313	19,7%	31,3%
Outros créditos	1.121	0,0%	120.000	0,5%	(99,1)%
Ativo de contrato	558.254	2,0%	983.368	3,7%	(43,2)%
Investimentos	357.761	1,3%	366.241	1,4%	(2,3)%
Imobilizado	1.809.881	6,4%	1.655.215	6,3%	9,3%
Intangível	2.741.447	9,7%	2.898.588	11,0%	(5,4)%
Ativo de direito de uso	59.806	0,2%	101.717	0,4%	(41,2)%
Total do não circulante	18.861.735	66,7%	18.423.542	69,8%	2,4%
Ativo Total	28.277.872	100,0%	26.397.266	100,0%	7,1%

Caixa e equivalentes de caixa (circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o montante era de R\$ 43.396 mil, representando uma redução de 88,9% em relação ao valor de R\$ 396.777 mil apurado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função das amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures superarem as captações das dívidas em R\$556.563 mil.

Títulos e valores mobiliários (circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$ 2.039.665 mil, representando uma redução de 58,6% em relação ao saldo R\$ 3.208.196 mil verificado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução principalmente em função da necessidade de caixa para cumprimento das obrigações da Companhia.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$ 2.422.571 mil, representando uma redução de 42,5% em relação ao saldo de R\$ 3.645.368 mil verificado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução pode ser explicada principalmente em função da revisão da metodologia efetuadas no exercício de 2022.

Tributos e contribuições a recuperar (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de tributos e contribuições a recuperar era de R\$ 4.456.681 mil, representando uma redução de 38,0% em relação ao saldo de R\$ 4.937.491 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função das compensações dos créditos fiscais oriundos do ICMS nas bases de PIS e da COFINS no montante de R\$ 934.142 mil realizadas no exercício de 2022; e a atualização da taxa selic originadas pelos créditos e do crédito de indêbitos tributários de IRPJ/CSLL.

Tributos diferidos (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de tributos diferidos era de R\$ 859.455 mil e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 895.715 mil. Os Diretores entendem que essa rubrica foi afetada pela provisão de perda em função da não expectativa de recuperação.

Serviços prestados a receber (circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de serviços prestados a receber era de R\$ 34.241 mil, representando um aumento de 97,7% em relação ao saldo de R\$ 17.316 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento pode ser explicado principalmente pela baixa de adiantamentos de clientes ocorridas em dezembro de 2021.

Ativos classificados como mantidos para venda (circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo Ativos classificados como mantidos para venda era de R\$ 208.648 mil, representando um aumento de 54,6% em relação ao saldo de R\$ 134.946 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente em função da transferência de investimento classificado para ativo não circulante mantido para venda no montante de R\$ 319.187 mil no exercício de 2022.

Instrumentos financeiros derivativos *swap* (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos instrumentos financeiros derivativos *swap* era de R\$ 13.611 mil, representando uma redução de 92,9%, quando comparado aos R\$ 190.409 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função da forte abertura da curva futura dos juros (CDI), com aumento dos juros em todos os vértices da curva, o qual impacta a ponta passiva dos contratos de *swap* dos bonds, assim como, pelo fechamento da curva futura do dólar, com forte recuo na cotação esperada da moeda estrangeira, que por sua vez impacta a ponta ativa dos contratos.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de outros créditos era de R\$ 401.787 mil, representando uma redução de 120,2% quando comparado ao valor de R\$ 706.170 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do registro realizado no exercício de 2021 de R\$ 169.215 mil provenientes do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica e o Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. da restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica.

Ativo de contrato (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativo de contrato era de R\$ 664.760 mil, representando um aumento de 19,1% quando comparado ao valor de R\$ 558.254 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função das adições de ativo de direito de uso da concessão no exercício de 2022.

Investimentos (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativo de investimentos era de R\$ 43.620 mil, representando uma redução de 87,8% quando comparado ao valor de R\$ 357.761 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função da transferência de investimento classificado para ativo não circulante mantido para venda no montante de R\$ 208.648 mil no exercício de 2022.

Ativo de direito de uso (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ativo de direito de uso era de R\$ 228.949 mil, representando um aumento de 282,8% quando comparado ao valor de R\$ 59.806 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função principalmente da renovação dos contratos da frota de veículos da Companhia no exercício de 2022.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Tributos e contribuições a pagar (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de tributos e contribuições era de R\$ 400.283 mil, representando uma redução de 56,9% em relação ao saldo de R\$ 583.205 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função do ICMS a pagar no exercício de 2022.

Tributos diferidos (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de tributos e contribuições era de R\$ 190.064 mil, representando uma redução de 31,0% em relação ao saldo de R\$ 275.264 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função da ponta passiva dos contratos de *swap* dos bonds ocasionada pela forte abertura da curva futura dos juros (CDI).

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022 o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$ 10.688.690 mil, refletindo uma redução de 73,9% em comparação ao valor de R\$ 11.144.326 mil verificado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução se deve principalmente pelo volume das amortizações superarem as captações no exercício de 2022. As captações no exercício de 2022 totalizaram o montante de R\$ 1.334.164 mil, enquanto as amortizações somaram R\$ 1.890.767 mil.

Instrumentos financeiros derivativos *swap* (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos instrumentos financeiros derivativos *swap* era de R\$ 440.708 mil, representando uma redução de 9.886,1%, quando comparado aos R\$ 3.975 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função da forte abertura da curva futura dos juros (CDI), com aumento dos juros em todos os vértices da curva, o qual impacta a ponta passiva dos contratos de *swap* dos bonds, assim como, pelo fechamento da curva futura do dólar, com forte recuo na cotação esperada da moeda estrangeira, que por sua vez impacta a ponta ativa dos contratos.

Passivo financeiro do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de passivo financeiro do setor, era de R\$ 911.538 mil, representando um aumento de 229,8% em relação ao saldo de R\$ 276.353 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente pela Revisão Tarifária Extraordinária, onde houve a reavaliação dos créditos de PIS e COFINS considerados originalmente no processo tarifário da distribuidora.

Dividendos a pagar (circulante): Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui saldo de dividendos a pagar, representando uma redução de 100% em relação ao saldo de R\$ 94.512 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu em função da apuração de prejuízo no exercício de 2022.

Valores a serem restituídos a consumidores (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de valores a serem restituídos a consumidores, era de R\$ 1.752.676 mil, representando uma redução de 41,8% em relação ao saldo de R\$ 3.395.800 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu em função do reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS no exercício de 2022.

Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o valor das provisões para contingências era de R\$ 3.917.131 mil, representando aumento de

680,1%, quando comparado ao valor de R\$ 502.103 mil registrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo incremento de adições cíveis e também pela adição de provisão referente as discussões sobre a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS no exercício de 2022.

Obrigações por arrendamento (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de obrigações por arrendamento era de R\$ 215.802 mil, representando um aumento de 465,5% quando comparado ao valor de R\$ 38.163 mil em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu em função principalmente da renovação dos contratos da frota de veículos da Companhia no exercício de 2022.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2022, o valor de outros débitos era de R\$ 587.779 mil, representando uma redução de 95,4%, quando comparado ao valor de R\$ 612.041 mil registrado em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do registro de R\$ 43.529 mil sobre a avaliação atuarial de pensionistas no exercício de 2022.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Ativo (Em milhares de reais, exceto quando indicado em %)	Em 31.12.2021	%AV	Em 31.12.2020	%AV	%AH
Caixa e equivalentes de caixa	396.777	1,4%	653.200	2,5%	(39,3)%
Títulos e valores mobiliários	3.208.196	11,3%	2.436.476	9,2%	31,7%
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	2.424.681	8,6%	3.257.127	12,3%	(25,6)%
Estoques	65.659	0,2%	62.393	0,2%	5,2%
Tributos e contribuições a recuperar	1.262.787	4,5%	792.764	3,0%	59,3%
Ativos financeiros do setor	1.171.882	4,1%	58.361	0,2%	1.908,0%
Despesas pagas antecipadamente	28.844	0,1%	25.073	0,1%	15,0%
Serviços prestados a receber	17.316	0,1%	45.017	0,2%	(61,5)%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i>	-	0,0%	156.494	0,6%	(100,0)%
Outros créditos	705.049	2,5%	339.400	1,3%	107,7%
Ativos classificados como mantidos para venda	134.946	0,5%	147.419	0,6%	(8,5)%
Total do Ativo Circulante	9.416.137	33,3%	7.973.724	30,2%	18,1%
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.220.687	4,3%	1.013.614	3,8%	20,4%
Tributos e contribuições a recuperar	3.674.704	13,0%	4.420.018	16,7%	(16,9)%
Tributos diferidos	895.715	3,2%	449.969	1,7%	99,1%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i>	190.409	0,7%	960.009	3,6%	(80,2)%
Depósitos vinculados a litígios	221.572	0,8%	242.132	0,9%	(8,5)%
Ativos financeiros do setor	308.390	1,1%	15.358	0,1%	1.908,0%
Ativo financeiro da concessão	6.821.988	24,1%	5.197.313	19,7%	31,3%
Outros créditos	1.121	0,0%	120.000	0,5%	(99,1)%
Ativo de contrato	558.254	2,0%	983.368	3,7%	(43,2)%
Investimentos	357.761	1,3%	366.241	1,4%	(2,3)%
Imobilizado	1.809.881	6,4%	1.655.215	6,3%	9,3%
Intangível	2.741.447	9,7%	2.898.588	11,0%	(5,4)%
Ativo de direito de uso	59.806	0,2%	101.717	0,4%	(41,2)%
Total do não circulante	18.861.735	66,7%	18.423.542	69,8%	2,4%

Ativo Total	28.277.872	100,0 %	26.397.266	100,0 %	7,1%
--------------------	-------------------	----------------	-------------------	----------------	-------------

Passivo (Em milhares de reais, exceto quando indicado em %)	Em 31.12.2021	%AV	Em 31.12.2020	%AV	%AH
Fornecedores	2.154.037	7,6%	3.439.767	13,0%	(37,4)%
Tributos e contribuições a pagar	383.600	1,4%	168.743	0,6%	127,3%
Empréstimos e financiamentos	403.230	1,4%	1.320.026	5,0%	(69,5)%
Debêntures	1.530.433	5,4%	1.030.529	3,9%	48,5%
Passivos financeiros do setor	276.353	1,0%	-	0,0%	N.A
Dividendos a pagar	94.512	0,3%	164.332	0,6%	(42,5)%
Obrigações trabalhistas	104.492	0,4%	90.914	0,3%	14,9%
Valores a serem restituídos a consumidores	390.954	1,4%	296.239	1,1%	32,0%
Obrigações por arrendamento	25.108	0,1%	47.228	0,2%	(46,8)%
Encargos regulatórios	313.778	1,1%	275.479	1,0%	13,9%
Outros débitos	571.934	2,0%	383.700	1,5%	49,1%
Total do Circulante	6.248.431	22,1%	7.216.957	27,3%	(13,4)%
Empréstimos e financiamentos	4.005.790	14,2%	3.090.703	11,7%	29,6%
Debêntures	5.204.873	18,4%	4.242.711	16,1%	22,7%
Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i>	3.975	0,0%	-	0,0%	N.A
Tributos e contribuições a pagar	199.605	0,7%	191.773	0,7%	4,1%
Tributos diferidos	275.264	1,0%	408.289	1,5%	(32,6)%
Participações societárias a descoberto	21.614	0,1%	30.823	0,1%	(29,9)%
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	502.103	1,8%	647.533	2,5%	(22,5)%
Benefícios pós-emprego	-	0,0%	5.327	0,0%	(100,0)%
Obrigações por arrendamento	38.163	0,1%	58.699	0,2%	(35,0)%
Valores a serem restituídos a consumidores	3.004.846	10,6%	3.381.614	12,8%	(11,1)%
Outros débitos	40.107	0,1%	46.625	0,2%	(14,0)%
Total do Não Circulante	13.296.340	47,0%	12.104.097	45,9%	(9,0)%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	5.392.197	19,1%	4.051.285	15,3%	33,1%
Reserva de capital	18.462	0,1%	9.434	0,0%	95,7%
Reservas de lucros	3.134.858	11,1%	2.816.100	10,7%	11,3%
Ajustes de avaliação patrimonial	289.077	1,0%	304.402	1,2%	(5,0)%
Outros resultados abrangentes	(101.493)	(0,4)%	(105.009)	(0,4)%	(3,3)%
Total do Patrimônio Líquido	8.733.101	30,9%	7.076.212	26,8%	23,4%
Total do Passivo	28.277.872	100,0 %	26.397.266	100,0 %	7,1%

Caixa e equivalentes de caixa (circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o montante era de R\$ 396.777 mil, representando uma redução de 39,3% em relação ao valor de R\$ 653.200 mil apurado em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função do volume de aplicações efetuadas no exercício.

Títulos e valores mobiliários (circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$ 3.208.196 mil, representando um aumento de 31,7% em relação ao saldo R\$ 2.436.47 mil verificado em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu principalmente em função da emissão de novas ações ocorrida em janeiro de 2021 no montante de R\$ 1.340.912 mil.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$ 3.645.368 mil, representando uma redução de 14,6% em relação ao saldo de R\$ 4.270.741 mil verificado em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa redução pode ser explicada principalmente em função do recebimento e compensação do saldo referente a inadimplência da liquidação da CCEE na controlada Light Energia no montante de R\$ 578.932 mil.

Tributos e contribuições a recuperar (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de tributos e contribuições a recuperar era de R\$ 4.937.491 mil, representando uma redução de 5,3% em relação ao saldo de R\$ 5.212.782 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que

essa redução ocorreu em função do início das compensações dos créditos fiscais oriundos do ICMS nas bases de PIS e da COFINS no montante de R\$888.985 mil e do reconhecimento de crédito tributário referente a não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela selic dos indêbitos tributários no montante de R\$ 363.864 mil.

Serviços prestados a receber (circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de serviços prestados a receber era de R\$ 17.316 mil, representando uma redução de 61,5% em relação ao saldo de R\$ 45.017 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente em função do recebimento de faturas em aberto.

Tributos diferidos (não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de tributos diferidos era de R\$ 895.715 mil, representando um aumento de 99,1% em relação ao saldo de R\$ 449.969 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que esse aumento ocorreu principalmente em função do volume de adições de provisões esperada para créditos de liquidação duvidosa e do reconhecimento do prejuízo fiscal e base negativa referente a não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela selic dos indêbitos tributários no montante de R\$ 176.035 mil.

Instrumentos financeiros derivativos *swap* (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos instrumentos financeiros derivativos *swap* era de R\$ 190.409 mil, representando uma redução de 82,9%, quando comparado aos R\$ 1.116.503 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função do pré-pagamento dos Bonds contratados em 2018.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de outros créditos era de R\$ 706.170 mil, representando um aumento de 53,7% quando comparado ao valor de R\$ 459.400 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do registro de R\$ 169.215 mil provenientes do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.

Ativo de contrato (não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ativo de contrato era de R\$ 558.254 mil, representando uma redução de 43,2% quando comparado ao valor de R\$ 983.368 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função do maior volume de utilizações ocorridas no exercício de 2021.

Ativo de direito de uso (não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de ativo de direito de uso era de R\$ 59.806 mil, representando uma redução de 41,2% quando comparado ao valor de R\$ 101.717 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função do volume de depreciação.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Tributos e contribuições a pagar (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de tributos e contribuições era de R\$ 583.205 mil, representando um aumento de 61,8% em relação ao saldo de R\$ 520.824 mil em 31 de dezembro de 2019. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função da compensação dos saldos a pagar, consequência da homologação do pedido de compensação dos créditos fiscais oriundos do ICMS nas bases de PIS e da COFINS.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021 o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$ 911.144.326 mil, refletindo um aumento de 15,1% em comparação ao valor de R\$ 9.683.969 mil verificado em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que esse aumento se deve principalmente em função das emissões de debêntures.

Dividendos a pagar (circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de dividendos a pagar, era de R\$ 94.512, representando uma redução de 42,5% em relação ao saldo de R\$164.332 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu em função da redução do lucro do exercício de 2021 comparado ao lucro do exercício de 2020.

Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o valor das provisões para contingências era de R\$ 502.103 mil, representando redução de 22,5%,

quando comparado ao valor de R\$ 647.533 mil registrado em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela baixa da provisão referente à discussão da utilização dos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo, no montante de R\$ 92.179.

Obrigações por arrendamento (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de obrigações por arrendamento era de R\$ 63.271 mil, representando uma redução de 40,3% quando comparado ao valor de R\$ 105.927 mil em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu em função dos pagamentos efetuado no exercício de 2021.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2021, o valor de outros débitos era de R\$ 612.041 mil, representando um aumento de 42,2%, quando comparado ao valor de R\$ 430.325 mil registrado em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do registro de R\$ 169.215 mil provenientes do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.

FLUXO DE CAIXA

Análise do Fluxo de Caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A Companhia apresenta redução de caixa em 31 de dezembro de 2022 com relação a 31 de dezembro 2021 em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de período a período conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$ 43.886 mil, frente aos R\$ 396.777 mil verificados em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 88,9%. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função do volume de amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures superar as novas captações ocorridas no exercício de 2022.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31.12.2022	Exercício findo em 31.12.2021	%AH
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	200.763	42.045	-577,5%
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	152.267	(1.957.518)	-107,8%
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento	(705.921)	1.743.140	-140,5%
Aumento de Caixa e equivalentes de Caixa	(352.891)	(256.423)	37,6%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	396.777	653.200	-39,3%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 200.763 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa aplicado de R\$ 42.045 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa variação pode ser explicada principalmente em função da reversão da recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 152.267 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma aplicação de R\$ 1.957.518 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que a variação é decorrente do aumento do resgate líquido das aplicações financeiras combinado com o aumento da aquisição de bens do ativo intangível / imobilizado mitigado pela venda de participações.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 705.921 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 1.743.140 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores entendem que essa variação pode ser explicada principalmente pelo aumento do volume de amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures superarem as captações das dívidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as amortizações superaram as captações das dívidas em R\$ 556.563, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as captações das dívidas superaram as amortizações em R\$ 620.398 mil.

Análise do Fluxo de Caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

A Companhia apresenta redução de caixa em 31 de dezembro de 2021 com relação a 31 de dezembro 2020 em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de período a período conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$ 653.200 mil, frente aos R\$ 996.338 mil verificados em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 34,4%. Os Diretores entendem que essa redução ocorreu principalmente em função do volume de aplicações financeiras ocorridas em 2021.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31.12.2021	Exercício findo em 31.12.2020	%AH
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	8.765	2.333.644	-99,6%
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(2.008.328)	(2.706.894)	-25,8%
Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento	1.743.140	30.112	5688,9%
Aumento de Caixa e equivalentes de Caixa	(256.423)	(343.138)	-25,3%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	653.200	996.338	-34,4%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 8.765 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 2.333.644 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa variação pode ser explicada principalmente variação do resultado antes dos impostos no montante de R\$ 1.234.489 e pela liquidação do saldo no montante de R\$1.339.288 decorrente do ajuste do MRE provocado pelo GSF menor que 1.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 2.008.328 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 2.706.894 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa variação pode ser explicada pela redução do efeito líquido entre aplicações e resgates que passou de R\$ 1.737.126 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 662.681 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do aumento.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.743.140 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 30.112 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os Diretores entendem que essa variação é decorrente do recebimento pela emissão de ações ocorrido em janeiro 2021 no montante de R\$ 1.340.912 mil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as captações das dívidas superaram as amortizações em R\$ 620.398 mil, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as captações das dívidas superaram as amortizações em R\$ 76.092.

2.2 – Os diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da Light S.E.S.A. (distribuição), e em menor extensão, pela venda de energia gerada pela Light Energia e pela energia comercializada pela Lightcom (comercialização).

Os Diretores da Companhia acreditam que os principais fatores que impulsionam o desempenho / principais componentes da receita líquida consolidada da Companhia são:

- (i) Conjuntura macroeconômica brasileira.
- (ii) Distribuição de energia;
- (iii) Tarifa praticada para a distribuição;
- (iv) Inadimplência dos consumidores;
- (v) Nível de perdas de energia;
- (vi) Volume de energia gerado e vendido;
- (vii) Volume de energia comercializada; e
- (viii) Sazonalidade.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia estão acompanhando atentamente as situações que envolvem o processo de renovação da concessão que afeta diretamente sua controlada Light SESA.

A Administração da Companhia entende que o Grupo Light e sua controlada Light SESA apresentam situação operacional e financeira complexa, com:

- (i) elevado nível de endividamento;
- (ii) geração de caixa operacional historicamente insuficiente para sozinha honrar os compromissos;
- (iii) elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência;
- (iv) dificuldade de atuação em Áreas de Severa Restrição Operacional.

Esta situação foi agravada pelo(a):

- (i) aumento das taxas de juros SELIC de 2.00% em janeiro de 2021 para 13.75% em agosto de 2022;
- (ii) efeito da determinação de devolução de cerca de R\$2.8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas Notas Explicativas 1.2, 9.1 e 38.1;
- (iii) deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19.

A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

A concessão da controlada Light SESA, a distribuidora de energia elétrica do Grupo, vencerá em junho de 2026. A Administração da Companhia entende que determinados cenários para o futuro do Grupo que dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

Adicionalmente, as notas de crédito (rating) atribuídas à Companhia e a controlada Light SESA pelas agências de classificação de risco são:

Ratings	Light S.A.			Light SESA		
	Nacional	Internacional	Data de Publicação	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023
S&P	-	-	-	brBB-	-	16.02.2023
Moody's	B.br	B3	07.02.2023 /03.02.2023 3	B.br	B3	07.02.2023/ 03.02.2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo Light possui em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas. O vencimento antecipado pode ocorrer, no caso de:

- (i) não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros ("covenants financeiros") em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados; ou
- (ii) não cumprimento de determinados covenants não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating.

A Administração da Companhia realizou o cálculo de todos os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que estes indicadores foram atendidos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que o Grupo Light cumpriu com indicadores financeiros dos últimos 3 trimestres, não ensejando o vencimento antecipado de forma imediata das dívidas.

Com relação ao covenant não financeiro relacionado a ratings do Grupo Light, a Administração da Companhia verificou que conforme item XXIX da cláusula 6.28 das escrituras da 8ª emissão de debêntures da controlada Light SESA e da 3ª emissão de debêntures da controlada Light Energia o "rebaixamento do rating da Emissão previsto na Cláusula 5.1., item V, para abaixo do conceito BBB-" enseja a convocação de assembleia geral de debenturistas pelo Agente Fiduciário, que pode declarar o vencimento antecipado, que por sua vez provocaria o vencimento antecipado dos outros contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo Light automaticamente.

Adicionalmente, a controlada Light SESA possui em seu contrato de concessão de energia elétrica, entre outras obrigações, cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento de critérios de sustentabilidade econômico-financeira da referida controlada. A Administração da Companhia ressalta que os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não foram mensurados de forma definitiva pela ANEEL, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias, porém a análise preliminar indica um risco de descumprimento para o exercício de 2022. A Administração da Companhia entende que no caso deste risco se materializar, o descumprimento não implica o início, de forma imediata, do processo de caducidade da concessão da controlada Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

A distribuição de energia elétrica está sujeita a um conjunto de regulamentos entre os quais se destacam os de sustentabilidade operacional. Neste âmbito, cumpre destacar que a Light encerrou o ano de 2022 atendendo os indicadores regulados voltados à mensuração da continuidade e qualidade do serviço prestado. Em termos de continuidade, a companhia se apresenta entre as melhores do país em termos de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções de energia e dentro do parâmetro regulatório. Em termos de atendimento comercial, destacam-se o indicador FER que mede a frequência equivalente de reclamações recebidas e tratadas pela empresa com um índice de 11,26, performance 13% melhor que o referencial regulatório e, ainda, o alcance do índice Satisfatório esperado pela ANEEL para o Plano de Resultados de Atendimento que reúne um conjunto de indicadores voltados ao atendimento ao cliente. (*Informações não auditadas pelos auditores independentes*).

Cabe ressaltar que também integram o Grupo Light a Light Energia, titular de concessão de geração de energia elétrica e a comercializadora Lightcom, sendo que apresentam geração de caixa operacional recorrente e historicamente pagam dividendos para a Companhia.

A Administração da Companhia entende que enquanto o processo de renovação da concessão não for concluído, e considerando a situação operacional e financeira complexa e agravada descrita acima, o cronograma contratual de pagamento das dívidas (vide notas explicativas 20 e 21), combinadas com as demais obrigações (qualidade do serviço, segurança, fornecedores, funcionários, impostos federais, estaduais e municipais, devolução de créditos de PIS/COFINS para consumidores entre outros), o Grupo Light envidará esforços contínuos para permitir a continuidade operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias que compreendem principalmente (i) utilização de recursos próprios existentes em 31 de dezembro de 2022, (ii) utilização de recursos oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light, (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até Junho de 2026, (iv) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de waivers, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados, (v) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições, tendo em vista que os recentes rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings, e que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light, (vi) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light, (vii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Light SESA, (viii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado, (ix) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica; e (x) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou uma série de consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

A Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas descritas na seção 1.1 divulgada nas Demonstrações Financeiras, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para o período de 12 meses a partir da data da emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

A Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima. Porém, não há garantia de que a Companhia terá sucesso nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a

existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo Light e da Light SESA, controlada da Companhia.

Conjuntura Macroeconômica

Todas as operações da Companhia são afetadas pela conjuntura macroeconômica brasileira. Em particular, a performance da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica, e a inflação impacta nos custos e margens da Companhia.

Todas as nossas operações estão localizadas no Brasil, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro. Portanto, somos afetados pelas condições econômicas brasileiras em geral, incluindo a inflação, as taxas de juros de curto e longo prazo e as políticas cambiais, bem como as condições econômicas do Estado do Rio de Janeiro, que afetam a demanda por energia e, consequentemente, podem afetar nossos resultados operacionais. Ressalta-se que as condições econômicas no Estado do Rio de Janeiro podem diferir das condições econômicas brasileiras.

A taxa de crescimento do PIB também influencia os resultados da Companhia. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica no Brasil, decorrente da crise financeira internacional e seus efeitos no Estado do Rio de Janeiro, pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia, o que prejudicaria os seus resultados operacionais. As distribuidoras também podem requerer uma revisão extraordinária, quando algum evento provocar significativo desequilíbrio econômico-financeiro ou em casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, após a assinatura dos contratos de concessão, desde que o impacto sobre as atividades das empresas seja devidamente comprovado.

Distribuição de Energia Elétrica

Conforme descrito na nota explicativa 1.1 da Demonstrações Financeiras da Companhia, a concessão da controlada Light SESA, a distribuidora de energia elétrica do Grupo, vencerá em junho de 2026. Os Diretores da Companhia entendem que determinados cenários para o futuro do Grupo que dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

Tarifa Praticada para a distribuição de energia

A estrutura tarifária das concessionárias de distribuição está dividida em dois grandes grupos de consumidores: "Grupo A" e "Grupo B".

Conforme a Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021, o Grupo A é composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão menor do que 2,3kV, caracterizado pela tarifa binômia (i.e., pagamento por consumo de energia elétrica ativa e demanda) e subdividido nos seguintes subgrupos: a) subgrupo A1 – tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV; b) subgrupo A2 – tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV; c) subgrupo A3 – tensão de fornecimento de 69 kV; d) subgrupo A3a – tensão de conexão maior ou igual a 30 kV e menor ou igual a 44 kV; e) subgrupo A4 – tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV; e f) subgrupo AS – tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, a partir de sistema subterrâneo de distribuição.

O Grupo B, composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV, tem tarifa monômia (i.e., pagamento apenas por consumo de energia elétrica ativa) e está subdividido em a) subgrupo B1 – residencial; b) subgrupo B2 – rural; c) subgrupo B3 – demais classes; e d) subgrupo B4 – Iluminação Pública.

Os valores cobrados de consumidores ainda levam em consideração as seguintes modalidades tarifárias possíveis: (i) modalidade tarifária horária branca, aplicada às unidades consumidoras do Grupo B, exceto para o subgrupo B4 e para as subclasses Baixa Renda do subgrupo B1, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia; (ii) modalidade tarifária horária verde, aplicada às unidades consumidoras do Grupo A, caracterizada por

tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, assim como de uma única tarifa de demanda de potência; (iii) modalidade tarifária horária azul, aplicada às unidades consumidoras do Grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência, de acordo com as horas de utilização do dia; e (iv) modalidade convencional monômnia, aplicada às unidades consumidoras do Grupo B, caracterizada por tarifas de consumo de energia elétrica, independentemente das horas de utilização do dia.

Reajustes Tarifários Anuais

Sob o regime de serviço pelo preço, as tarifas das concessionárias de distribuição foram estabelecidas nos contratos de concessão originais e são preservadas pelas condições de revisão e reajuste previstas em lei e no próprio contrato. Sempre que forem atendidas tais condições, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro das concessões (Lei nº 8.987/1995, art. 10).

Nos termos do Contrato de Concessão, as tarifas da Light S.E.S.A. sofrem reajustes anuais. Para tanto, sua receita é dividida entre: (i) a Parcela A, ou custos não gerenciáveis, que corresponde aos custos com encargos setoriais, energia elétrica comprada, conexão e uso das instalações de transmissão de energia, receitas irrecuperáveis, e (ii) Parcela B, ou custos gerenciáveis, associada a custos operacionais e de capital eficientes, inclusive despesas de depreciação, do segmento de distribuição de energia elétrica.

Conforme explicação da ANEEL: "Segundo o contrato de concessão, a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os custos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujos montantes e preços, em certa medida, escapam à vontade ou gestão da distribuidora, além dos encargos setoriais, que não são gerenciáveis pela empresa. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita, envolvendo, portanto, os chamados "custos gerenciáveis". São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos consumidores, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros), além da quota de depreciação e da remuneração dos investimentos." (Nota Técnica nº 282/2012- SER/ANEEL, de 13.08.2012).

Em razão da diferença conceitual entre custos gerenciáveis e não gerenciáveis, os valores da Parcela A e da Parcela B da concessionária são tratados de maneira distinta no cálculo do reajuste tarifário:

O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é manter o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no Contrato de Concessão da Light S.E.S.A. Acontece anualmente, exceto no ano da revisão tarifária periódica, na data de aniversário do contrato. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos da Parcela A. Os outros custos, constantes da Parcela B, são corrigidos pelo IPCA, do IBGE. A correção da Parcela B ainda depende do Fator X, cuja função é compartilhar com o consumidor os ganhos de eficiência e competitividade da concessionária.

Revisões Tarifárias Periódicas

Enquanto o objetivo do reajuste tarifário é a manutenção do poder de compra da receita da concessionária, em até 05 (cinco) anos a ANEEL realiza uma revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição, de forma a refletir as alterações nas estruturas de custos e de mercado da concessionária, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas.

A Revisão Tarifária Periódica mais recente da Companhia, e atualmente em vigor, ocorreu em 15 de março de 2022.

Revisão Tarifária Extraordinária

Visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e pode ser realizada a qualquer tempo, mediante solicitação da concessionária, caso haja alterações significativas nos custos desta. A última revisão tarifária extraordinária da Light S.E.S.A. ocorreu em 15 de dezembro de 2022.

Apresenta-se a seguir tabela com os reajustes e revisões homologados pela ANEEL para a Light S.E.S.A. a partir da Revisão Tarifária Extraordinária de 2013.

Ano	Ato Regulatório	Efeito médio percebido pelo consumidor (%)	Tipo de Reajuste
2013	REH nº 1.440	-19,63%	Revisão Tarifária Extraordinária
2013	REH nº 1.650	3,65%	Revisão Tarifária Periódica
2014	REH nº 1.820	19,23%	Reajuste Tarifário
2015	REH nº 1.858	22,48%	Revisão Tarifária Extraordinária
2015	REH nº 1.982	16,78%	Reajuste Tarifário
2016	REH nº 2.168	-12,25%	Reajuste Tarifário
2017	REH nº 2.206	10,45%	Revisão Tarifária Periódica
2018	REH nº 2.375	10,36%	Reajuste Tarifário
2019	REH nº 2.521	11,12%	Reajuste Tarifário
2019	REH nº 2.523	-2,30%	Revisão Tarifária Extraordinária
2020	REH nº 2.667	6,21%	Reajuste Tarifário
2021	REH nº 2.835	6,75%	Reajuste Tarifário
2022	REH nº 3.014	14,68%	Revisão Tarifária Periódica
2022	REH nº 3.144	-5,89%	Revisão Tarifária Extraordinária

Inadimplência

Com base no CPC 48/IFRS 9, a Companhia e suas controladas adotaram uma abordagem simplificada para constituição da Provisões Esperadas para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD"), cujos percentuais de inadimplência foram calculados considerando um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu PECLD no montante de R\$ 1.116.763 mil, correspondente a 5,7% da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia e receita de uso da rede.

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia iniciou um diagnóstico de toda a esteira de arrecadação que desencadeou um processo de revisão metodológica das provisões esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No entendimento da Administração, a metodologia foi aprimorada para que reflita melhor a mensuração da expectativa de recebimentos de seus clientes para o seu provável valor de realização e as características específicas de determinados grupos dentro do contas a receber.

A Companhia realizou uma análise técnica em conformidade com as normas contábeis vigentes, e concluiu que a estimativa proposta pela Companhia abrange de forma suficiente os critérios exigidos pela norma e que o aperfeiçoamento da metodologia se faz necessário visando representar de forma mais tempestiva a expectativa de recebimento efetivo dos seus clientes, também em conformidade com a norma.

Em decorrência dessa análise, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$854.476 mil. A Administração entende que esse incremento na PECLD reflete o melhor cenário da expectativa de perdas esperadas do seu contas a receber de clientes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu PECLD no montante de R\$ 597.354 mil, correspondente a 3,0% da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia e receita de uso da rede. Essa redução é explicada principalmente pelos melhores resultados de arrecadação verificados ao longo de 2021 e a adequação da contabilização de do recebimento de débitos antigos.

A inadimplência regulatória reconhecida nas tarifas da Light S.E.S.A a partir da 4ª Revisão Tarifária Periódica é de 1,38% da receita bruta. Tal nível foi adotado pela ANEEL mediante metodologia que agrupou as distribuidoras de energia de todo o país em clusters, definidos em função do índice de complexidade social desenvolvido pelo órgão regulador. Este índice também foi utilizado para o tratamento regulatório das perdas não técnicas de energia elétrica e leva em consideração diversas variáveis socioeconômicas das diferentes áreas de concessão.

A tabela abaixo apresenta a proporção de provisões da Companhia para provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa em sua receita bruta:

Light S.A. - R\$ mil (exceto %)	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.116.763	597.354
Receitas de fornecimento e suprimento	16.898.798	17.310.367
Receitas de uso de rede	2.647.003	2.432.811
Receita Bruta ⁽¹⁾	19.545.801	19.743.178
Provisão para créditos duvidosos/receita bruta ⁽²⁾	5,7%	3,0%

¹ considera a receita de fornecimento, suprimento e de uso de rede.

² considera a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa dividida pela receita bruta proveniente de fornecimento e uso de rede.

Perdas de Energia

Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais estão relacionados a: (i) fornecimento de energia elétrica pela sua distribuidora; (ii) tarifas reguladas do setor de distribuição; (iii) custos relacionados à compra de energia e despesas de pessoal, materiais e serviços de terceiros; (iv) inadimplência no segmento de distribuição; (v) provisões jurídicas e regulatórias; (vi) perdas de energia em sua distribuidora e (vii) venda e comercialização de energia pela sua geradora e comercializadora.

Perdas de Energia

A Light S.E.S.A. está sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas não técnicas resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a obrigação de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Com a conclusão da Audiência Pública nº 052/2007, em 25 de novembro de 2008, a ANEEL modificou a metodologia de cálculo da taxa de perdas de energia regulatória, que é repassada aos consumidores. A metodologia adotada pela ANEEL leva em consideração o índice de complexidade social, que permite diferenciar as áreas de concessão quanto a determinadas características socioeconômicas.

Com base nessa metodologia, as perdas não técnicas regulatórias são calculadas sobre o mercado de baixa tensão, considerando-se uma trajetória declinante ou percentual fixo até o fim do ciclo tarifário.

A metodologia de repasse das perdas não técnicas às tarifas foi atualizada e aprimorada pela ANEEL nas Audiências Públicas nº 040/2010 e nº 023/2014, sempre mantendo o conceito de avaliação da complexidade social das diversas áreas de concessão do país.

Em 15 de março de 2017, a ANEEL aprovou o processo de Revisão Tarifária da Light S.E.S.A., determinando os novos valores de perdas não técnicas que serão reconhecidos ao longo do ciclo regulatório. O percentual será de 36,06% sobre o mercado de baixa tensão. O percentual de perdas técnicas ficou em 6,34% da Carga Fio. Ambos os percentuais permanecerão fixos até a próxima revisão tarifária em 2022.

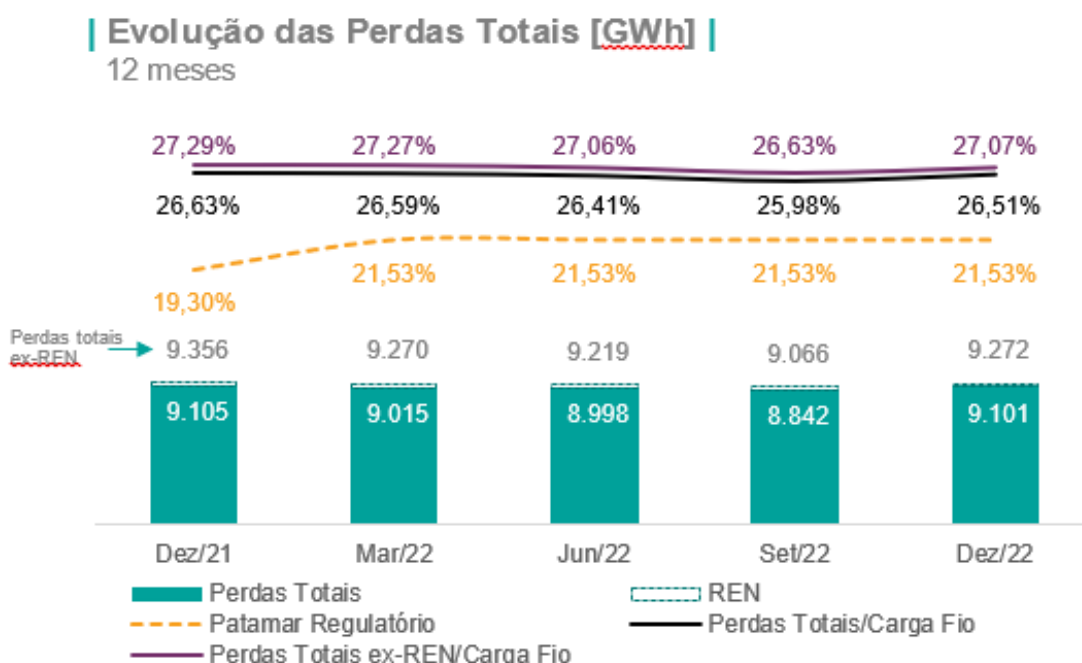
A partir de 2016 a Companhia passou a apresentar os dados de perdas desconsiderando a variação da energia não faturada e os consumidores de baixa tensão no Mercado Livre, a fim de aproximar-se da metodologia utilizada pela ANEEL para apuração dos dados.

A Light S.E.S.A. conseguiu reduzir as perdas de energia elétrica no ano de 2017, que totalizaram 8.004 GWh. Com isso, as perdas não técnicas totalizaram 5.651 GWh no ano de 2017, representando 39,01% sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão e 21,92% sobre a carga fio.

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2018 somaram 8.827GWh, representando 23,95% sobre a carga fio.

Em 31 de dezembro de 2021, a Light S.E.S.A. encontra-se 7,33 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 19,30%, conforme parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária (RTP) de março/17, ajustados pelo mercado de referência homologado pelo Regulador na ocasião do reajuste tarifário (IRT) de março/21. As perdas totais, 12 meses, registradas em 31 de dezembro de 2021 atingiram 9.105 GWh.

Em 31 de dezembro de 2022, a Light S.E.S.A. encontra-se 4,98 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 19,30%, conforme parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária (RTP) de março/17, ajustados pelo mercado de referência homologado pelo Regulador na ocasião do reajuste tarifário (IRT) de março/21. As perdas totais, 12 meses, registradas em 31 de dezembro de 2022 atingiram 9.101 GWh.



Geração, Comercialização de Energia e Serviços

A Light Energia S.A. é a empresa do Grupo Light voltada para a geração e transmissão de energia elétrica, bem como para a comercialização da produção própria. Toda sua energia é considerada "limpa" por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica.

Seu parque gerador compreende cinco usinas hidrelétricas. São elas: Fontes Nova, Nilo Peçanha e Pereira Passos, que constituem o Complexo de Lajes (em Piraí), Ilha dos Pombos, no município de Carmo (divisa com o estado de Minas Gerais), e Santa Branca, no município paulista de mesmo nome. Completam o parque gerador duas usinas elevatórias, Santa Cecília, em Barra do Piraí, e Vigário, em Piraí, que se destinam a fazer a transposição das águas do rio Paraíba do Sul para gerar energia elétrica no Complexo de Lajes e depois abastecer de água a região metropolitana do Rio de Janeiro. Além das cinco usinas e duas elevatórias, a Light Energia possui a PCH Lajes que está em operação desde julho/18. Esses empreendimentos somados possuem capacidade instalada de 873 MW.

Em 2022, a Light Energia teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R\$ 806 milhões, 6% abaixo da realizada em 2021; (ii) custo operacional de R\$ 291 milhões, 30% abaixo do

que o registrado no ano anterior; (iii) EBITDA de R\$ 633 milhões, 15% acima do apurado em 2021 e (iv) lucro líquido de R\$146 milhões ante R\$ 103 milhões reportado em 2021.

A forte seca registrada em 2021 foi em grande parte superada pelo excelente cenário hidrológico no segundo semestre de 2022, que foi marcado por forte recuperação dos reservatórios de todos os subsistemas do SIN, em decorrência principalmente das afluições verificadas acima da média (MLT), do crescimento da inserção de fontes intermitentes na matriz energética, e da frustração do crescimento da demanda de energia. Todos esses fatores contribuíram para uma sobre oferta conjuntural, reduzindo o custo marginal de operação e alívio sobre a pressão do GSF que incide diretamente sobre os geradores.

A melhora no resultado de 2022 foi impulsionada pelo ganho no Mercado de Curto Prazo – MCP devido ao aumento de 13% do GSF (2022 - 86% vs 73% - 2021) que se refere ao fator de ajuste de garantia física das usinas hidrelétricas que compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As tarifas da Light S.E.S.A são determinadas de acordo com o Contratos de Concessão para distribuição de energia elétrica firmado com a ANEEL, bem como suas regulamentações e decisões, tendo esta agência discricionariedade no âmbito do exercício de suas atividades regulatórias. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica em geral e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste anual, que ocorre anualmente; (2) revisão periódica; e (3) revisão extraordinária.

O reajuste anual é realizado para repassar parte dos ganhos de produtividade, compensar efeitos da inflação e repassar aos consumidores custos estruturais das distribuidoras que excedam seu controle, tais como o custo de compra e transmissão de energia e encargos regulatórios. Já a revisão tarifária periódica, que no caso da Light S.E.S.A. ocorre a cada cinco anos, com o objetivo de analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Na revisão tarifária, por sua vez, são determinadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados. As distribuidoras também podem requerer uma revisão extraordinária, quando algum evento provocar significativo desequilíbrio econômico-financeiro ou em casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, após a assinatura dos contratos de concessão, desde que o impacto sobre as atividades das empresas seja devidamente comprovado.

Exercício Social 2022

Em 14 de março de 2022, a ANEEL aprovou a revisão tarifária periódica da Light S.E.S.A. com vigência a partir de 15 de março de 2022. O efeito médio para o consumidor foi de um aumento de 14,68%.

Em 13 de dezembro de 2022, a ANEEL aprovou a revisão tarifária extraordinária da Light S.E.S.A. com vigência a partir de 15 de dezembro de 2022. O efeito médio para o consumidor foi de uma redução de 5,89%.

Exercício Social 2021

Em 09 de março de 2021, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da Light S.E.S.A. com vigência a partir de 15 de março de 2021. O efeito médio para o consumidor foi de um aumento de 6,75%.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 31 de dezembro de 2022

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IPCA, CDI e taxa de câmbio (dólar norte-americano):

- CDI: Todas as aplicações financeiras da Light S.A. e o montante de R\$ 6.990.333 mil do principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) estavam atreladas ao CDI, em 31 de dezembro de 2022.

- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light S.A. estava atrelada ao IPCA, inclusive R\$ 3.546.449 mil do principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) referentes à Light S.A. estava vinculado ao indexador em 31 de dezembro de 2022.

- Taxas de câmbio: R\$ 3.325.124 mil do principal de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) com terceiros da Light S.A., em 31 de dezembro de 2022, estava denominado em moeda estrangeira, em dólar norte-americano. Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de swap, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovados pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Light S.A. relacionada à dívida em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2022, é de 0,02% do total da dívida em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares norte-americanos, mas cujas variações são repassadas para a tarifa de energia elétrica, mediante mecanismo da Conta de Compensação de Valores da Parcela A (CVA).

Em 31 de dezembro de 2021

Os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IPCA, CDI e taxa de câmbio (dólar norte-americano):

- IPCA: a tarifa de boa parte dos contratos de geração de energia pertinente à Light S.A. estava atrelada ao IPCA, inclusive R\$ 4.617 877 mil do principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) referentes à Light S.A. estava vinculado ao indexador em 31 de dezembro de 2021.

- CDI: Todas as aplicações financeiras da Light S.A. e o montante de R\$ 2.954.652 mil do principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) estavam atreladas ao CDI, em 31 de dezembro de 2021.

- Taxas de câmbio: R\$ 3.587.594 mil do principal de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) com terceiros da Light S.A., em 31 de dezembro de 2021, estava denominado em moeda estrangeira, em dólar norte-americano. Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de swap, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovados pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Light S.A. relacionada à dívida em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2021, é de 0,18% do total da dívida em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a tarifa de compra de energia de Itaipu também é denominada em dólares norte-americanos, mas cujas variações são repassadas para a tarifa de energia elétrica, mediante mecanismo da Conta de Compensação de Valores da Parcela A (CVA).

2.3 – Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.672.203 mil (lucro líquido de R\$397.945 mil em 31 de dezembro de 2021), geração de caixa operacional líquido de R\$200.763 mil (consumo de caixa operacional líquido de R\$42.045 mil em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$871.574 mil (capital circulante líquido positivo de R\$2.635.302 mil em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$10.688.690 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$11.144.326 mil em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$961.478 mil registrados no curto prazo e R\$9.727.212 mil registrados no longo prazo. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Nenhum efeito significativo nas práticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos.

Conforme mencionado na nota 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A., que foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nesta investida não controlada sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos que poderão decorrer destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em dezembro de 2021, a Light S.A., em conjunto com a sua controlada Light Energia S.A., celebrou contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasal Energia S.A. para alienação de suas participações em Lightger S.A. e Guanhões Energia S.A. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza.

Em junho de 2022, a Light S.A. concluiu, em conjunto com sua controlada Light Energia S.A., a alienação das respectivas participações societárias nas sociedades Lightger S.A. e Guanhões Energia S.A. para a Brasal Energia S.A.

Em dezembro de 2022, a Light S.A. celebrou contrato de Compra e Venda de Ações com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG para aquisição da totalidade das ações da Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ainda não detidas pela Companhia, equivalentes a 49% do capital social. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza.

(c) Eventos ou operações não usuais

• Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil ("RFB") deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$3.068.931 (R\$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou "*a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito*" relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, a referida Lei dispõe que a Aneel será responsável por estabelecer os critérios para a devolução dos tributos, por meio de RTE.

Em novembro de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 047/2022 e em dezembro de 2022 a ANEEL deliberou a RTE da Companhia. Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.

Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021 e 15 de março de 2022, foram homologadas as devoluções de R\$374.196 e R\$1.050.000, respectivamente. Em 13 de dezembro de 2022, através da RTE que editou a Resolução Homologatória nº 3.144, foi homologada a devolução de R\$796.656 no período compreendido entre 14 de dezembro de 2022 e 14 de março de 2023.

Em 14 de março de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.176 foi homologado a devolução adicional de R\$1.777.129 entre 15 de março de 2023 e 14 de março de 2024, conforme nota explicativa 38.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.644.446	4.284.786
Valores a serem restituídos a consumidores	(1.752.676)	(3.395.800)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(2.742.784)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(a)	367.563	-
Total	(483.451)	888.986

Efeitos no resultado dos exercícios	2022	2021
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)	-
Atualização monetária da provisão para contingência	(1.661.716)	-
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (Nota 33)	80.343	14.912
PIS e COFINS sobre receita (despesa) financeira	(3.736)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(a)	367.563	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.270	(4.834)
TOTAL	(2.297.344)	9.385

^(a) Como consequência do registro, a controlada Light SESA constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a controlada Light SESA baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na nota 10.

● **Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias**

Em 17 de julho de 2019, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada em conformidade com os procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários.

No âmbito da oferta pública, foram colocadas 100.000.000 (cem milhões) de novas ações de emissão da Companhia (oferta primária), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.875.000, e 33.333.333 (trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil, trezentas e trinta e três) ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG (oferta secundária), ao preço por ação de R\$18,75.

Em 31 de dezembro de 2019, os gastos com a emissão dessas novas ações totalizavam o montante de R\$49.537 mil e foram registrados reduzindo o aumento de capital social.

Em razão do aumento do capital social da Companhia, o capital social da Companhia passou a ser de R\$4.051.285 mil, dividido em 303.934.060 (trezentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 22 de janeiro de 2021, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e

desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas (i) 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia ("Oferta primária"), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.372.425, e (ii) 68.621.264 de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG ("Oferta secundária"), ao preço por ação de R\$20,00.

Em 31 de dezembro de 2021, os gastos com a emissão dessas novas ações totalizavam o montante de R\$81.1 mil e foram registrados reduzindo o aumento de capital social.

Em razão do aumento do capital social da Companhia, o capital social da Light S.A. está representado por 372.555.324 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro) (303.934.060 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

- **Acordo entre a Companhia e Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986**

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986, quando vigorava o congelamento de preços do Plano Cruzado. Os Decretos-lei 2.283 e 2.284, respectivamente emitidos em fevereiro e março de 1986, foram explícitos acerca do estabelecimento de travas de preços, contudo Furnas majorou os valores das tarifas de suprimentos para a Companhia.

No acordo firmado, a Companhia aceitou receber R\$496.000 mil da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000 mil, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021 e; (iii) R\$120.000 mil a ser recebido durante o exercício de 2022, sendo o montante de R\$ 70.663 mil, concluído como dação em pagamento de ativos homologados na revisão tarifária ocorrida em 14 de março de 2022, pendente ainda o recebimento de uma parcela referente aos ativos que não foram homologados pela ANEEL.

- **Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos**

A Companhia tem como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade dos seus tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da controlada Light SESA em julho de 2026.

Importante destacar que a controlada Light SESA possui clientes cativos e volume de energia distribuída estável e previsível, além de uma tarifa regulada pela ANEEL, que considera a recuperação dos custos não gerenciáveis e uma margem de lucro. Entretanto, considerando (i) a necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) a necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão com a ANEEL, a Administração entende que a renovação da concessão está fora do seu controle. Em virtude dessa análise, em dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão de perda para não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.634.376.

- **Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários**

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da SELIC nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A controlada Light SESA possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF, a Companhia, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu no terceiro trimestre de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$539.899 sendo (i) R\$363.864 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a controlada Light SESA apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$176.035 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a controlada Light SESA apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante.

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

- **Revisão devolução em dobro das quantias pagas a maior por unidades condominiais**

Em 25 de outubro de 2022, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em reunião de diretoria, deliberou que a controlada da Companhia, Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"), deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo "Administração condominial" para "Comercial" após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela Light SESA. A Companhia ingressou com ação judicial com pedido de tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão da ANEEL que determinou a devolução do dobro, e obteve liminar.

A Companhia reconheceu, nas demonstrações do 4T22, o valor de R\$45,9 milhões de provisão para o caso, baseada na opinião dos seus assessores legais.

2.5 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

i. EBITDA CVM

A Companhia apresenta abaixo as seguintes medições não contábeis com relação aos últimos três exercícios sociais:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA CVM	-1.211.749	1.821.410	2.372.169

O "EBITDA CVM" (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156/22"), conciliada com as demonstrações financeiras e com as informações contábeis intermediárias da Companhia, e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período ajustado pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo na data de adoção.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos.

O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

ii. Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia apresenta abaixo as seguintes medições não contábeis com relação aos últimos três exercícios sociais:

(Em milhares de reais)	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
Dívida Bruta	11.115.717	10.957.892	8.567.466
Dívida Líquida	9.032.166	7.352.919	5.477.790

A Dívida Bruta equivale ao total da soma do circulante e não circulante dos empréstimos, financiamentos, debêntures, juros devidos e rendas a receber e a pagar de operações de swap. A Dívida

Líquida equivale ao total da Dívida Bruta deduzida de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários.

Os valores pertinentes a obrigações por arrendamento não foram considerados como dívida.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida são utilizadas como indicadores financeiros para avaliação da solvência e capacidade de cumprimento das obrigações, considerando as cláusulas de covenants dos contratos de dívida. A Dívida Líquida considera a Dívida Bruta deduzida de:

- Caixa e equivalentes de Caixa: Caixa consiste nos saldos de caixa e depósitos bancários disponíveis. O Caixa e equivalentes de caixa consiste em depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e baixo risco conversíveis a saldo de caixa.

- Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são investimentos de curto prazo com alta liquidez e conversíveis em montantes conhecidos de caixa celebrados com instituições financeiras no mercado financeiro brasileiro. Os títulos e valores mobiliários estão sujeitos a uma taxa flutuante, possuem um compromisso de recompra diário pela instituição financeira contraparte (a taxa de recompra é previamente acordada entre as partes) e rendimento principalmente de acordo com a variação da taxa de depósito interbancário, ou CDI, com perdas imateriais de renda em caso de resgate antecipado.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores da condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar a dívida da Companhia. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de dívida bruta, dívida líquida ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

(b) Fazer a conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações

EBITDA CVM

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA CVM para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período/exercício	-5.672.203	397.945	691.922
(+/-) Resultado financeiro líquido	-3.447.327	-1.330.190	-733.660
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-314.461	584.834	355.678
(+) Depreciações e amortizações	-730.767	-678.109	-590.909
EBITDA CVM	-1.211.749	1.821.410	2.372.169

⁽¹⁾ Outras Receitas/Despesas Operacionais: receitas ou despesas oriundas de venda ou baixa de ativos imobilizados ou baixa de itens desativados.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (Circulante e não circulante)	3.762.371	4.409.018	4.410.730
Debêntures (circulante e não circulante)	6.750.918	6.735.308	5.273.239
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i> ativo e passivo, líquidos (circulante e não circulante)	427.097	(186.434)	(1.116.503)
Dívida Bruta	11.115.717	10.957.892	8.567.466
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(43.866)	(396.777)	(653.200)
(-) Título e valores mobiliários	(2.039.665)	(3.208.196)	(2.436.476)
Dívida Líquida	9.032.186	7.352.919	5.477.790

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA CVM

O "EBITDA CVM" (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156/22"), conciliada com as demonstrações financeiras e com as informações contábeis intermediárias da Companhia, e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período ajustado pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social e despesas de depreciação e amortização.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Entendemos que o cálculo da Dívida Líquida é o mais preciso para entendimento da capacidade da Companhia fazer frente às suas obrigações, pois leva em consideração toda a Dívida Bruta da Companhia descontada pelos ativos de liquidez imediata, a saber (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários.

Para mais informações sobre as cláusulas restritivas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas da Companhia atualmente vigentes, vide item 2.1. (f) (iv) deste Formulário de Referência.

2.6 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Reajuste tarifário 2023

Em 15 de março de 2023, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,0%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,84%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 4,16%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses. Neste reajuste está incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, no valor de R\$1.777.129, em cumprimento à Lei nº 14.385/22. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2023.

Contrato de Compra e Venda de Ações da controlada em conjunto AXXIOM

Em 21 de dezembro de 2022, a Light S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 49% das ações da controlada em conjunto Axxiom Soluções pertencentes a Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"). A operação foi realizada por R\$1,00 (um real) onde o Grupo Light S.A. terá 100% das ações da Axxiom. Em 25 de janeiro de 2023, o Conselho de Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a operação. Para que essa operação seja finalizada, existem algumas condições precedentes a serem cumpridas e a Companhia tem expectativa para conclusão da operação no segundo trimestre de 2023.

2.7 - Política de destinação dos resultados

	2022	2021
(a) Regras sobre retenção de lucros	No mínimo, 5% dos lucros líquidos do exercício social deverão ser destinados obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% do capital social ou no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceder o montante equivalente à 30% do capital social a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal.	
(a.i) Valores das retenções de lucros	A proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 será aprovada na AGO a ser realizada em 28 de abril de 2023, destinando (i) o prejuízo de R\$5.672.203 mil, para a prejuízos acumulados.	A proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada na AGO realizada em 27 de abril de 2022, destinando (i) o valor de R\$ 19.897 mil, para a reserva legal; (ii) o valor de R\$ 94.512 mil para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório, e (iii) a retenção do valor remanescente, ajustado pelo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$15.325 mil correspondente a R\$298.861 mil, com base em orçamento de capital.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	-	71,9%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que em cada exercício social os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. Conforme deliberação do Conselho de Administração, a Companhia adotou uma política indicativa de distribuição de dividendos de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado – na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio – com base em suas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. A política de dividendos da Companhia, contudo, não a impede de, em determinadas circunstâncias, declarar dividendos inferiores a 50% do lucro líquido ajustado. Assim, a critério do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado estará sujeita a verificação de compatibilidade com os seguintes fatores: condições financeiras da Companhia; condições macroeconômicas; revisões e reajustes tarifários; mudanças regulatórias; estratégia de crescimento ou planos de investimento; e demais fatores considerados relevantes. A respeito da exigência do pagamento do dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido anual ajustado, a Administração da Companhia pode optar por não pagar dividendos aos acionistas se ficar determinado que distribuições não seriam aconselháveis em vista de condição financeira da Companhia.	
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Em regra, a distribuição de dividendos será anual, podendo a Companhia, a critério do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso. Caso os dividendos não sejam reclamados dentro de três anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.	
(d) Restrições à distribuição de dividendos	A Companhia possui contratos financeiros que possuem condição restritiva para a distribuição de dividendos que se resumem ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório limitado a 25%, previsto no art. 202 da Lei das S.A. Ademais, com relação a Light S.E.S.A. tendo em vista a celebração do 5º Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/1996 entre a Light S.E.S.A. e o Poder Concedente, a Resolução Normativa ANEEL nº 747/2016 limita a distribuição de dividendos acima do mínimo legal caso a distribuidora não atinja os indicadores de qualidade por dois anos consecutivos ou por três anos alternados num período de cinco anos.	
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela	A Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	

	2022	2021
aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado		

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição, ao combate às perdas não técnicas e inadimplência e aos projetos de geração. Em 2022 o valor total investido foi de R\$ 1.505.980 mil, incluindo aportes em participações societárias.

Sobre a manutenção e o aprimoramento da rede de distribuição, foi investido em 2022 um montante de R\$ 426.504 mil, onde garantimos a conclusão de diversos projetos, com o intuito de aumentar a robustez da rede, melhorar a qualidade do fornecimento e reduzir o nível de carregamento dos circuitos de alta tensão, garantindo desta forma, uma maior base de remuneração para a Companhia. Dentro desse montante, destacam-se R\$ 179.985 mil destinados a melhorias na rede de distribuição.

Com relação ao avanço no projeto de combate às perdas de energia e inadimplência, a maior intensificação das inspeções e normalizações dos clientes de baixa e média tensão, atualização dos medidores eletrônicos existentes para uma tecnologia mais avançada, o aumento da blindagem de rede e medição em áreas com índice de perda alto, e as ações de corte de clientes inadimplentes foram responsáveis por um dispêndio total de R\$ 663.651 mil em 2022.

Os investimentos na Geração totalizaram R\$ 225.139 mil, relacionados principalmente aos projetos de recuperação das estruturas civis do vertedouro do canal norte da UHE Ilha dos Pombos e da construção do Túnel Bypass, além de projetos de modernização dos sistemas de bombeamento do parque gerador e na reposição de ativos.

O investimento planejado para 2022 foi de R\$ 1.515.547 mil. Dos principais investimentos previstos para este período, R\$ 399.020 mil destinam-se à manutenção e aprimoramento da rede de distribuição, R\$ 669.770 mil ao projeto de combate às perdas de energia e inadimplência e R\$ 247.432 mil para investimentos em geração.

As principais necessidades de capital da Companhia são:

- Investir em ações para combater perdas não-técnicas de energia e a inadimplência;
- Investir em novas ligações e na expansão da rede para atendimento a novos clientes;
- Investir na manutenção, melhoria e automação da rede de distribuição para aumento da qualidade no fornecimento de energia, na baixa, média e alta tensões, inclusive na rede subterrânea;
- Investir na manutenção das usinas do parque gerador de energia, incluindo suas barragens.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de Investimento principalmente por meio de (i) emissão de debêntures de infraestrutura e notas promissórias no mercado de capitais brasileiro e (ii) geração própria de caixa. Outras fontes já utilizadas no passado pela Companhia e que eventualmente poderão ser utilizadas no futuro: (i) Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, (ii) Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS e (iii) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 18 de dezembro de 2020, dando sequência ao plano de desinvestimento de ativos non-core e em vista de oferta recebida, foi aprovada a concessão de exclusividade à Brasal Energia S.A. ("Brasal") visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% (i) detida pela Companhia na Lightger S.A., sociedade que opera a PCH Paracambi, pelo valor de R\$88,7 milhões; e,

(ii) detida pela controlada Light Energia S.A. na Guanhães Energia S.A., sociedade que opera as PCHs Senhora do Porto, Dorés de Guanhães, Fortuna II e Jacaré, pelo valor de R\$96,4 milhões.

Em dezembro de 2021, a Light S.A., em conjunto com a sua controlada Light Energia S.A., celebrou contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasal Energia S.A. para alienação de suas participações em Lightger S.A. e Guanhães Energia S.A. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza.

Em 23 de junho de 2022, a Light S.A. concluiu, em conjunto com sua controlada Light Energia S.A., a alienação das respectivas participações societárias nas sociedades Lightger S.A. e Guanhães Energia S.A. para a Brasal Energia S.A. A Operação consistiu na venda para a Brasal: (i) da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Lightger S.A., sociedade que opera a PCH Paracambi; e (ii) da totalidade da participação detida por sua controlada Light Energia S.A. representativa de 51% do capital social da Guanhães Energia S.A. sociedade que opera as PCHs Senhora do Porto, Dorés de Guanhães, Fortuna II e Jacaré.

Em 29 de novembro de 2022, UHE Itaocara S.A. realizou o pagamento da multa aplicada pela ANEEL, no valor de R\$50.453.220,12, correspondente a 5% do valor do investimento declarado à Empresa de Pesquisa Energética - EPE no momento da licitação da UHE Itaocara I, nos termos do Despacho ANEEL n. 2.647, de 11/09/2020 em razão da rescisão, a pedido da UHE Itaocara S.A., da concessão para implantação e exploração da UHE Itaocara I por meio de recursos aportados pelas acionistas da Companhia, na proporção de suas participações detidas no capital social, equivalente ao valor de R\$ 25.731.132,00 pela Light.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passou a tratar a controlada em conjunto Amazônia Energia S.A. ("Amazônia Energia") como um ativo mantido para venda. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia realizou estudos e negociações visando ao desinvestimento na Amazônia Energia, que possui 9,8% de participação da Norte Energia S.A. Esse desinvestimento está alinhado à estratégia de alienação de participações minoritárias da Companhia. Assim, a Administração reclassificou o investimento como um ativo não circulante mantido para venda mensurado ao seu valor justo, que resultou em um valor inferior ao valor contábil em R\$94.453 mil.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não foram adquiridos plantas, equipamentos, patentes de invenção, através de projetos P&D, com influência efetiva confirmada na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em investir 0,2% da sua Receita Líquida em projetos de P&D e as concessionárias de serviços públicos de transmissão e geração em investir 0,40% de sua Receita Líquida. Segue uma breve descrição dos projetos concluídos em 2022, considerando o fechamento da respectiva ODS:LIGHT S.E.S.A.:

1. PD-00382-0098/2018 - Sistema de detecção da corrosão (SDC) para cabos CAA em linha energizada - Lote Pioneiro;
2. PD-00382-0103/2018 - Cabeça de série de equipamento para balanço energético e qualidade de energia no combate às perdas em continuidade ao PD Light S_21_07;
3. PD-00382-0107/2018 - Postes de madeira: materiais poliméricos e compósitos para recuperação estrutural;

4. PD-00382-0109/2018 - Classificação de Lâmpadas Utilizadas em Iluminação Pública – Desenvolvimento de metodologia não invasiva e protótipo;
5. PD-00382-0110/2018 - Abordagem e sistema para suporte ao direcionamento de campo e cálculo de TOI para área de perdas;
6. PD-00382-0113/2018 - Efeitos Eletromagnéticos em construção de subestações;
7. PD-00382-0114/2018 - Desenvolvimento de cabeça de série e validação em campo de sistema com transformadores de corrente automonitorados (TCAM/FCAM), visando o combate de perdas não-técnicas;
8. PD-00382-0119/2018 - Desenvolvimento de metodologia e aplicativo computacional de cálculo segmentado do balanço energético e perdas para direcionamento de ações de melhoria;
9. PD-00382-0122/2019 - Equipamento para Redução de Esforços físicos e de impactos a saúde do Eletricista nos serviços em BT;
10. PD-00382-0124/2019 - Lote pioneiro de transformadores blindados para áreas de alta violência urbana;
11. PD-00382-0126/2019 - Assistente de leitura e detecção de fraude usando imagens térmicas e análise de campo magnético por meio de inteligência artificial e visão computacional;
12. PD-00382-0128/2019 - Controle de níveis de pressão sonora em subestação de energia;
13. PD-00382-0129/2019 - Análise dos impactos da mini e micro-geração distribuída com fonte fotovoltaica na qualidade da energia elétrica em redes de distribuição;
14. PD-00382-0130/2020 - Impactos da Massiva Proliferação da Micro e Mini Geração Fotovoltaica no Controle e Proteção da Rede AT da Light;
15. PD-00382-0134/2020 - Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento Preditivo de Transformadores de Instrumentos Através de Assinatura Elétricas;
16. PD-00382-0136/2020 - Inserção no Mercado do software de combate a perdas comerciais Energy Watch.

LIGHT ENERGIA:

1. PD-05161-0017/2020 - Novos Modelos de Apoio à Sazonalização de Garantia Física e decisão de Contratação de Energia Pela Light à Luz do Programa de Modernização do Setor Elétrico;
2. PD-00678-0120/2020 - Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia para Seleção de Locais para a Implantação de Usinas Hidrelétricas Reversíveis.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Durante o ano de 2022, o programa de P&D teve um gasto total de R\$ 21,0 milhões, sendo R\$ 18,1 milhões pela Light S.E.S.A. e R\$ 2,9 milhões pela Light Energia.

Durante o ano de 2021, o programa de P&D teve um gasto total de R\$ 23,2 milhões, sendo R\$ 19,7 milhões pela Light S.E.S.A. e R\$ 3,5 milhões pela Light Energia.

Em 2020, o programa de P&D realizou o total de R\$ 21,9 milhões, sendo R\$ 18,6 milhões pela Light S.E.S.A. e R\$ 3,3 milhões pela Light Energia.

Esses gastos incluem projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e gastos com a gestão do programa de P&D.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Durante o ano de 2022 foram iniciados 5 projetos na Light S.E.S.A. e 1 projeto na Light Energia. Projetos iniciados em anos anteriores que estiveram em execução durante 2022, sendo 13 pela Light S.E.S.A e 4 pela LIGHT Energia, considerando contratos vigentes para desenvolvimento dos projetos.

Light SESA

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento iniciado em anos anteriores:

1. PD 00382 0103/2018 - Cabeça de serie de equipamento para balanço energético e qualidade de energia no combate às perdas em continuidade ao PD Light S_21_07;
2. PD 00382 0123/2019 - Desenvolvimento de Soluções para Mobilidade Elétrica Compartilhada: Infraestruturas e sistemas de abastecimento para e-carsharing e Micromobilidade;
3. PD 00382 0125/2019 - Rastreador de ligações irregulares;
4. PD 00382 0127/2019 - Manutenção em Subestações Elétricas assistida por Realidade Aumentada;
5. PD 00382 0129/2019 - Análise dos impactos da mini e micro-geração distribuída com fonte fotovoltaica na qualidade da energia elétrica em redes de distribuição;
6. PD 00382 0130/2020 - Impactos da Massiva Proliferação da Micro e Mini Geração Fotovoltaica no Controle e Proteção da Rede AT da Light;
7. PD 00382 0131/2020 - Sistema inteligente para correção da base geográfica por inteligência artificial e visão computacional;
8. PD 00382 0132/2020 - Software para identificação de chamadas reincidentes e improcedentes em centrais de atendimento ao consumidor baseado em algoritmos inteligentes;
9. PD 00382 0133/2020 - Desenvolvimento de protótipo em média tensão do Limitador de corrente de curto circuito para sistemas de distribuição;
10. PD 00382 0134/2020 - Desenvolvimento de Sistema de Monitoramento Preditivo de Transformadores de Instrumentos Através de Assinatura Elétricas;
11. PD 00382 0135/2020 - Geração fotovoltaica, armazenamento elétrico por baterias, medição inteligente e relacionamento com cliente para atendimento em comunidade carente na área de concessão da Light;
12. PD 00382 0137/2020 - Sistema de previsão da criticidade à perda baseado no comportamento do tempo versus a carga.
13. PD 00382 0155/2021 - Centro de Inteligência para área de tratamento especial com gestão unificada de projetos e iniciativas apoiada por inteligência artificial;

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento iniciados em 2022:

1. PD-000632-3078/2020 - Revisão e aprimoramento das metodologias de definição dos limites regulatórios para DEC e FEC;
2. PD-00382-0156/2022 - Sistema de IA para Gestão do Parque de IP, Uso Mútuo e Mobiliário Urbano;

3. PD-00382-0157/2022 - Inserção no Mercado do software de apoio a leitura, faturamento e Perdas Comerciais "SmartReader";
4. PD-00382-0158/2022 - Ferramenta de IA para otimizar o retorno financeiro de instalações de medições de balanço em Transformadores sob a ótica de perdas comerciais;
5. PD-00063-3088/2022 - Projeto-Piloto de Governança de Sandboxes Tarifários.

Light Energia

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento iniciado em anos anteriores:

1. PD 05161-0014/2018 - MOIRAS – Monitoramento integrado de rotina e alerta para segurança de barragens;
2. PD 05161-0018/2020 - Sistema de telecomunicação com alta disponibilidade de dados, de baixo custo e consumo de energia para a telemetria da hidrologia;
3. PD 00678-0120/2020 - Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia para Seleção de Locais para a Implantação de Usinas Hidrelétricas Reversíveis;
4. PD-00382-0127/2019 Cooperado - Manutenção em Subestações Elétricas assistida por Realidade Aumentada.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento iniciados em 2022:

1. PD 05161-0022/2022 - Manejo de macrófitas aquáticas com benefícios ambientais e econômicos.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2022, os projetos de P&D em andamento e encerramento da Light S.E.S.A. e Light Energia tiveram, do total do investimento, cerca de 4,8% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada, 75,6% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental, 2,7% de gastos na fase de Cabeça de Série, 0,1% de gastos na fase Lote Pioneiro e 12,6% de gastos na fase Inserção de Mercado. O percentual restante sobre os investimentos totais foi utilizado na gestão do programa P&D.

No ano de 2022, a Light SESA realizou o montante de R\$ 3,2 milhões no desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os valores são relativos aos investimentos em projetos que estão nas fases cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado, que fazem parte da cadeia de inovação do Programa de P&D ANEEL. A Light ENERGIA concentrou seus investimentos nas fases iniciais da cadeia de inovação, ou seja, não houve investimentos nas fases a partir de cabeça de série.

Em 2021, os projetos de P&D em andamento e encerramento da Light S.E.S.A. e Light Energia tiveram, do total do investimento, cerca de 0,7% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada, 76,2% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental, 0,3% de gastos na fase de Cabeça de Série, 11,9% de gastos na fase Lote Pioneiro e 8,0% de gastos na fase Inserção de Mercado. O percentual restante sobre os investimentos totais foi utilizado na gestão do programa P&D.

No ano de 2021, a Light SESA realizou o montante de R\$ 4,7 milhões no desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os valores são relativos aos investimentos em projetos que estão nas fases cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado, que fazem parte da cadeia de inovação do Programa de P&D ANEEL. A Light ENERGIA concentrou seus investimentos nas fases iniciais da cadeia de inovação, ou seja, não houve investimentos nas fases a partir de cabeça de série.

Em 2020, os projetos de P&D em andamento e encerramento da Light S.E.S.A. e Light Energia tiveram, do total do investimento, cerca de 9,5% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada, 74,2% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental, 1,9% de gastos na fase de Cabeça de Série, 5,3% de

gastos na fase Lote Pioneiro e 4,7% de gastos na fase Inserção de Mercado.

No ano de 2020, a Light SESA realizou o montante de R\$ 2,6 milhões no desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os valores são relativos aos investimentos em projetos que estão nas fases cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado, que fazem parte da cadeia de inovação do Programa de P&D ANEEL. A Light ENERGIA concentrou seus investimentos nas fases iniciais da cadeia de inovação, ou seja, não houve investimentos nas fases a partir de cabeça de série.

Fase da cadeia	2022	%
PA - Pesquisa Aplicada	1.017.480,89	4,8%
DE - Desenvolvimento Experimental	15.918.872,12	75,6%
CS - Cabeça de Série	571.439,78	2,7%
LP - Lote Pioneiro	17.112,85	0,1%
IM – Inserção de Mercado	2.653.379,15	12,6%
Gestão do Programa	870.867,76	4,2%
Total Geral	21.049.152,55	100,0%

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O setor elétrico brasileiro tem passado por uma grande transformação energética, pautada principalmente pela agenda ESG e pela inovação tecnológica, o que favorece, por exemplo, o desenvolvimento de fontes renováveis de geração de energia, principalmente as eólicas e solares. Isso se insere num contexto de tendências mundiais que passam pela descarbonização – menos combustíveis fósseis –, descentralização – com a energia sendo gerada mais próxima da carga – e digitalização, que traz eficiência, redução de custos e novas interações entre agentes e consumidores.

Atenta a esse cenário de mudanças, a Light acompanha e participa de projetos que podem gerar oportunidades de novos negócios nos próximos anos. Em 2022, por exemplo, a Companhia desenvolveu o projeto de construção de usina fotovoltaica flutuante, na modalidade de geração distribuída, em um dos reservatórios do Complexo de Lajes da Light Energia. O projeto, concebido no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE) da ANEEL, possui a estimativa de geração anual em 8GWh, com capacidade instalada de 5MWp, podendo atender cerca de 7 mil famílias de baixa renda que vivem em comunidades localizadas na área de concessão da Light.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia durante os exercícios de 2020 e 2021.

A Companhia e suas controladas realizaram esforços para minimizar os impactos decorrentes da pandemia nas operações e na sociedade, e adotaram algumas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança dos seus colaboradores.

Para o exercício de 2021, a Diretoria da Companhia avaliou o impacto da COVID-19 nos negócios do Grupo Light. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos covenants financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos.

A Diretoria não verificou variações significativas no resultado de 2022 das empresas do Grupo em decorrência direta dos efeitos da pandemia da COVID-19 que pudessem comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

No ano de 2022 o valor total investido pela Light em patrocínios foi de 74,7MM, sendo todo o recurso advindo de benefício fiscal, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura e ao Esporte.

Importante contextualizar alguns pontos da estratégia de atuação da companhia, para melhor compreender os investimentos, detalhado a seguir.

A implantação do Programa Light nas Comunidades marcou a retomada da presença da companhia nas comunidades da sua área de concessão, em especial, na capital e região metropolitana, com ações de regularização de fornecimento de energia, de conscientização sobre o uso eficiente da energia, cadastramento de consumidores para adesão ao Tarifa Social, entre outras.

Em linha com a estratégia em referência, ficou decidido que parte da linha de investimento social seria destinada para projetos nos segmentos da cultura e do esporte, realizados em regiões vulneráveis socialmente e economicamente, no intuito de ampliar e estreitar o relacionamento com os moradores dessas localidades.

Com o propósito de organizar o processo de recepção e avaliação das propostas recebidas, a Light realizou um Edital Social. Para operacionalizar o processo, foi elaborado um regulamento e foi realizada a contratação do Instituto Ekloos, que, além de possuir expertise no processo de gestão de propostas, detém uma plataforma robusta e de fácil acesso, onde é possível gerir e acompanhar todo o caminho percorrido pelo projeto, desde o seu cadastramento, passando pelas etapas de avaliação, pela gestão da execução, até a prestação de contas e avaliação de resultados.

Foram recebidas mais de 400 propostas e ao final, cerca de 25 projetos foram aprovados para serem realizados.

Importante destacar que, apesar de cada projeto atuar de maneira autônoma e possuir seus objetivos próprios, as ações culturais e esportivas, por si só, são ferramentas de transformação social. Além de contribuírem diretamente para o fomento à criatividade, ao bem estar físico e mental; movimentarem a economia local durante e após a sua realização, serem mecanismos de profissionalização e geração de renda, entre outros benefícios, trazem consigo uma grande rede de apoio, formada por profissionais de diversos segmentos, que atuam além das atividades regulares previstas no escopo, oferecendo, sobretudo, acolhimento aos atendidos e suas famílias (promovendo escuta ativa, aconselhamento e estimulando o processo de auto estima).

Em paralelo a estratégia principal de projetos alinhados com a atuação em comunidades, a Light continuou apoiando projetos que contribuem para o desenvolvimento econômico da sua área de concessão.

ANEXO II

Informações a respeito de candidatos indicados para o Conselho de Administração

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. se foi eleito pelo controlador ou não**
- j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria**
- k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos**

Membros do Conselho de Administração:										
Nome	b. data de nascimento	c. profissão	d. CPF ou número do passaporte	e. cargo eletivo a ocupar	f. data da eleição	g. data da Posse	h. prazo do mandato	i. se foi eleito pelo controlador ou não	j. se é membro independente	l. Nº de Mandatos Consecutivos
Abel Alves Rochinha	21/01/1961	Engenheiro	606.567.607-10	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2025	Não	Sim	Segundo mandato
Firmino Ferreira Sampaio Neto	14/05/1946	Economista	037.101.225-20	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2025	Não	Sim	Terceiro mandato
Hélio Paulo Ferraz	10/11/1946	Advogado	024.884.777-53	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2025	Não	Sim	Terceiro mandato
Thiago Renno Osorio	03/12/1979	Engenheiro	082.761.877-81	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até a AGO de 2025	Não	Sim	Primeiro Mandato
Yuiti Matsuo Lopes	08/03/1986	Administrador	355.309.978-05	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2025	Não	Sim	Terceiro mandato

- I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**

Membros do Conselho de Administração

Abel Alves Rochinha – 606.567.607-10

Formado em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ, com pós-graduações em Engenharia Industrial pela PUC/RJ, Administração Financeira pela FGV/RJ, e em Administração de Empresas pela COPPEAD/UFRJ. É membro do conselho de administração da Light S.A. e da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A."), todas empresas do setor elétrico, desde abril de 2021, possuem ampla experiência em empresas em *turn around*, tendo atuado durante os últimos 14 anos como CEO e os 10 anos anteriores como CFO de grandes empresas no Brasil. Nos últimos 5 anos atuou como Executivo nas empresas Invepar e no Grupo Enel (por 15 anos). Anteriormente trabalhou na Metrophone, Vésper, Ferrovia Centro-Atlântica América Latina Logística e Lojas Americanas. O Sr. Abel declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Firmino Ferreira Sampaio Neto - 037.101.225-20

Formado em Economia, com pós-graduação em Planejamento Industrial pela SUDENE. Atualmente, é Vice- Presidente do Conselho de Administração da Light S.A., da Light S.E.S.A e da Light Energia S.A., cargo que ocupa desde fevereiro de 2023. Anteriormente, foi Presidente do Conselho de Administração da Light S.A. (até 23.04.2022) e da Equatorial Energia S.A., cargo que ocupou de 2015 a 2019, permanecendo como conselheiro do referido órgão até setembro de 2020. Também na Equatorial Energia S.A., ocupou o cargo de Diretor Presidente de 2010 a 2015. Além disso, foi Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Distribuidora de Energia de Alagoas (de 2019 a 2020), do Conselho de Administração da Equatorial Distribuidora do Piauí (de 2018 a 2020), do Conselho de Administração da Equatorial Distribuidora de Energia do Pará (antiga CELPA) - (de 2012 a 2020), bem como membro do Conselho de Administração da Equatorial Transmissão (de 2018 a 2020). Em anos anteriores, ocupou cargos na Eletrobrás (entre os anos de 1996 e 2001), na COELBA (entre os anos de 1980 e 1996); e, ainda, na Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia (anos 1980). O Sr. Firmino declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Helio Paulo Ferraz - 024.884.777-53

Formado em Direito pela PUC/RJ e em Administração Judicial pela ESAJ/TJRJ. Atualmente é Conselheiro de Administração da Companhia e Membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), do Conselho de Energia da FIRJAN, Integra a lista de Árbitros e Mediadores na Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem (CBMA) e da lista de Mediadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Câmara De Comércio Brasil/Portugal, além de ser Mediador Judicial do TJRJ. Ocupou cargos como Presidente do SINAVAL, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Equipamentos Navais e Offshore; Presidente, Vice-Presidente e Vice de Futebol do Flamengo, Secretário de Minas e Energia do Estado do Rio de Janeiro. O Sr. Hélio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Thiago Renno Osorio - 082.761.877-81

Graduado em Engenharia da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Thiago tem 20 anos de experiência em finanças, mercado financeiro e *private equity*. Atuou como Managing Director do Rothschild & Co, onde trabalhou por 15 anos, liderando inúmeras transações de fusões e aquisições, reorganizações societárias, reestruturações de dívida entre outras. Também atuou como membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Tok&Stok (de outubro de 2020 até agosto de 2022) O O Sr. Thiago declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Yuiti Matsuo Lopes - 355.309.978-05

Formado em Administração de Empresas pela Universidade do Norte da Flórida, nos EUA, e possui MBA pela London Business School. É membro do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Energia S.A., todas empresas do setor elétrico (desde janeiro de 2021), e Investidor da LTS Investments, empresa do setor de investimentos (desde 2018). Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: Investidor, Private Equity da Goldman Sachs, empresa do setor financeiro multinacional (entre 2014 e 2018), sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da mesma. Detém ampla experiência em estratégia, finanças e private equity com passagens pela PepsiCo, Lazard e Goldman Sachs e trabalha atualmente na LTS Investments. O Sr. Yuiti declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- a. condenação criminal**
- b. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas**
- c. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Os candidatos indicados para o cargo de membro do Conselho de Administração, mencionados no item 7.3 acima, declararam para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO III

Informações a respeito de candidatos indicados para o Conselho Fiscal

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(informações relativas aos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. se foi eleito pelo controlador ou não**
- j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria**
- k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos**

Membros do Conselho Fiscal:										
nome	b. data de nascimento	c. profissão	d. CPF ou número do passaporte	e. cargo eletivo a ocupar	f. data da eleição	g. data da Posse	h. prazo do mandato	i. se foi eleito pelo controlador ou não	j. se é membro independente	l. Nº de Mandatos Consecutivos
Luiz Paulo de Amorim	17/03/1963	Contador	753.251.447-15	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2024	Não	Sim	Terceiro Mandato
Sergio Xavier Fortes	05/12/1948	Econonista	227.348.057-15	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2024	Não	Sim	Terceiro mandato
Ary Waddington	25/09/1932	Economista	004.469.397-49	Membro Efetivo	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2024	Não	Sim	Terceiro mandato
Natalia Carneiro de Figueiredo	18/09/1981	Administradora	091.578.777-69	Membro suplente	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2024	Não	Sim	Terceiro mandato
João Ricardo Pereira da Costa	08/09/1962	Contador e bacharel em Economia	722.071.677-04	Membro suplente	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2024	Não	Sim	Segundo mandato
Luiz Felipe Monteiro Lemos	16/04/1975	Administrador	009.568.326-79	Membro suplente	28.04.2023	28.04.2023	Até AGO 2024	Não	Sim	Primeiro mandato

- I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**

Membros Efetivos

Luiz Paulo de Amorim - 753.251.447-15

Formado em Ciências Contábeis pela FACEN, e Pós-Graduação em Finanças Corporativas pela FGV. Atualmente é Head of Family Office da Samambaia Empreendimentos e Participações (desde 1999). Atuou como Conselheiro Fiscal na Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira - OSB (2011 - 2016), Diretor Gerente Geral na Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro – AD-RIO, foi Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados – Brasília, Assistente Financeiro da Presidência na Cedae-RJ, além de ocupar posições na Multiplic S.A., Banco da Bahia – BBM Participações S.A., Supergasbras Distribuidora de Gás S.A. e Marcovan Comércio e Indústria S.A.

Sergio Xavier Fortes - 227.348.057-15

Formado em Economia pela UFRJ, mestrado em Finanças e Mercado de Capitais pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Atuou como Diretor Executivo da Samambaia Empreendimentos e Participações Ltda (2001 a 2003), foi Diretor do Departamento Geral de Ação Cultural da Secretaria das Culturas da Cidade do Rio de Janeiro (2001), foi Diretor Executivo da AD-Rio - Agência de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (1996 a 1998) e foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (1995 a 1996), entre outras experiências profissionais.

Ary Waddington - 004.469.397-49

Formado em Contabilidade pela Academia de Comércio Cândido Mendes, Economista pela Faculdade Nacional de Economia - Universidade do Brasil, Pós-graduado em Análise Econômica pelo Conselho Nacional de Economia - e com extensão em Análise de Investimentos no New York Finance Institute. Atuou como membro do conselho nas empresas: Ibemec, Andima, Codimec, Ibef, Brahma, Refrigeração Paraná, Pacaembu, J. H. Santos, Ambev, Uniquímica, R. Saigh. Atuou também como Diretor Superintendente Banco Cidade São Paulo SA, Diretor e principal Executivo do Grupo Finan. Aymoré/Bco. Holandes Unido (ABNBANK), além de Vice-Presidente da Transbrasil e Vice-Presidente da VASP.

Membros Suplentes

Natalia Carneiro de Figueiredo - 091.578.777-69

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá, com especialização em Finanças Corporativas (ênfase em aplicações financeiras) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e MBA em Finanças e Controladoria pela Universidade Federal Fluminense. Atua, desde 2014, como analista financeira sênior da Samambaia Empreendimentos e Participações Ltda., desempenhando atividades de controles de gastos com aeronaves, controles do fluxo de caixa, análise e controle de aplicações no exterior, entre outras.

João Ricardo Pereira da Costa - 722.071.677-04

João Ricardo Pereira da Costa é contador e bacharel em economia pela Universidade Santa Úrsula e pela UERJ, respectivamente. Conselheiro de Administração e Conselheiro fiscal credenciado pelo IBGC. Executivo com 38 anos de experiência em auditoria na Ernst & Young ("EY"), sendo 20 anos como sócio. Foi responsável pelo atendimento de clientes brasileiros e internacionais, com diversos escritórios da EY em outros países, coordenou transações nos mercados de capitais brasileiros e internacionais, incluindo IPOs, Follow-Ons, debêntures e outros. Implantou e coordenou a área de auditoria de sistemas na EY Rio de Janeiro até 1996, tendo participado de residência nesta área na EY de Los Angeles em 1989. Baseado na EY de Belo Horizonte entre 1997 e 2008, foi o responsável regional da EY nos estados de MG, ES, GO e no DF. Na EY de São Paulo de 2009 a 2019 foi responsável pelos grupos de clientes internacionais gerenciando sócios e gerentes expatriados da EY do Japão, EY da França e EY da Alemanha.

Luiz Felipe Monteiro Lemos – 009.568.326-79

Formado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, com MBA em Finanças pela Insper e Formação para Conselheiros de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Executivo com mais de 25 anos de experiência em diferentes setores e atual Diretor Financeiro do Clube de Futebol Red Bull Bragantino. Nos últimos anos atuou como (i) Consultor de Finanças e Transformação Estratégica entre 2022 e 2019 e CFO Brasil entre 2019 e 2018 da Quantiq/GTM Chemicals, (ii) CFO América do Sul da RHI-Magnesita entre 2018 e 2016, e (iii) Conselheiro Fiscal da Braskem e da ANPEI entre 2016 e 2014. Além de outras posições como Gerente de Impostos e Controller da Braskem, Gerente Tributário na Sadia/BRF, Auditor e Consultor Tributário na Arthur Andersen.

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- a. condenação criminal**
- b. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas**
- c. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Os candidatos indicados para o cargo de membro do Conselho Fiscal, mencionados no item 7.3 acima, declararam para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, mesmo que não transitada em julgado, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

e. administradores do emissor

Não há.

f. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

g. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

h. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

d. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

e. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

f. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO IV

Proposta de Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

Para o exercício social de 2023 (compreendido o período de janeiro a dezembro), a Companhia propõe a remuneração anual global dos administradores no valor total de até R\$18.315.700,01, e de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 494.136,00. Esclarecemos que estes valores correspondem apenas aos montantes a serem pagos diretamente pela Companhia.

A proposta de remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal totaliza até **R\$ 18.809.836,01**, dividida entre tais órgãos da seguinte forma:

Proposta 2023	Light S.A.
Conselho de Administração	1.135.771,64
Diretoria Estatutária	17.179.928,37
Conselho Fiscal	494.136,00
Total	18.809.836,01

A tabela sumária a seguir mostra o montante anual consolidado, segregado por órgão (i) dos valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, e (ii) dos valores efetivamente realizados, conforme divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2022 - Proposto x Realizado	Proposta AGO 2022	Realizado 2022	Diferença
Conselho de Administração	1.513.536,44	1.472.522,86	41.013,58
Diretoria Estatutária	9.178.846,68	-432.376,94	9.611.223,62
Conselho Fiscal	247.068,00	247.068,00	0,00
Total	10.939.451,12	1.287.213,92	9.652.237,20

A tabela a seguir mostra o montante anual consolidado, segregado por órgão, (i) dos valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, e (ii) dos valores propostos para o exercício social de 2023, submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023.

Proposta 2023 x 2022	Proposta AGO 2023	Proposta AGO 2022	Diferença
Conselho de Administração	1.135.771,64	1.513.536,44	-377.764,80
Diretoria Estatutária	17.179.928,37	9.178.846,68	8.001.081,69
Conselho Fiscal	494.136,00	247.068,00	247.068,00
Total	18.809.836,01	10.939.451,12	7.870.384,89

A proposta de remuneração para o exercício social de 2023 é 71,94% maior em relação à proposta aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, principalmente em razão de não aderência de administradores ao plano de remuneração baseada em ações, também ao fato de administradores não terem exercido suas opções.

A Administração esclarece, ainda, que o montante global da remuneração proposto para o exercício de 2023 não engloba os encargos sociais de ônus do empregador, conforme orientação mais recente da Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração esclarece, ainda, que os membros do Conselho de Administração e Diretoria recebem uma remuneração fixa e os membros da Diretoria recebem uma remuneração variável de curto prazo que é rateada entre a Companhia, a Light S.E.S.A. e a Light Energia S.A. A proposta de remuneração, para o exercício social de 2023, considera os critérios de rateio apresentados na tabela abaixo. Frisa-se que a totalidade da Remuneração Baseada em Ações é reconhecida no resultado da Light S.A.

Proporção de rateio da remuneração global dos Administradores, exceto Remuneração Baseada em Ações – 2023	Nº de Membros Remunerados	Light S.A.	Light S.E.S.A	Light Energia S.A
Diretoria Estatutária	1	10%	45%	45%
	1	100%	0%	0%
	4	10%	80%	10%
	1	10%	90%	0%
Conselho de Administração	2	0%	100%	0%
	1	0%	50%	50%
	2	10%	80%	10%
	3	10%	0%	90%
	1	10%	90%	0%
Conselho Fiscal	3	0%	100%	0%

Informações detalhadas sobre a remuneração proposta para os Administradores e Conselho Fiscal das controladas são apresentadas no **Anexo V** à presente Proposta.

ANEXO V

Informações sobre a remuneração dos administradores (nos termos do item 8 do Formulário de Referência)

(Art. 13, inciso II, da Resolução CVM 81)

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Companhia segue as práticas baseadas em pesquisas de mercado e visa a atrair e reter profissionais competentes e qualificados, capazes de criar e implementar as estratégias do negócio da Companhia, estimulando resultados.

A estratégia da Companhia é manter uma política transparente e sustentável voltada para a Cultura de Resultados. Tal política de remuneração está estruturada para recompensar os Administradores diretamente com seu desempenho para o negócio da Companhia, por meio da aferição de metas pré-estabelecidas, baseadas em parâmetros determinados a cada exercício social. Dentro desse contexto, a remuneração variável tem papel importante, pois permite que os acionistas compartilhem com os executivos o sucesso e a criação de valor, gerando uma visão de longo prazo e sustentabilidade, bem como alinhando os interesses de ambos.

Anualmente a proposta de remuneração é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, divulgada na Proposta da Administração (<http://ri.light.com.br/governanca/assembleias-e-reunioes>) e, após aprovação, também é divulgada no site de RI, dentro do escopo do Relatório Anual da Companhia <http://ri.light.com.br/sustentabilidade/modelo-de-negocio>.

A proposta de remuneração para o exercício social de 2023 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2023.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Na estrutura organizacional da Companhia, o Comitê de Pessoas, e Governança é responsável por endereçar as questões relacionadas à remuneração dos órgãos da administração da Companhia. O Comitê possui caráter permanente e é formado por membros do Conselho de Administração.

O Comitê de Pessoas, e Governança tem por objetivo revisar e propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes da remuneração dos diretores estatutários, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho de Administração.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Conforme Política de Remuneração da Companhia, os Diretores têm sua remuneração avaliada por meio de pesquisas realizadas por consultoria externa especializada à ser definida pela Light, para que seja possível aferir a competitividade e garantir a equidade face aos valores pagos pelo mercado. A pesquisa é feita, periodicamente, considerando-se empresas de porte similar e/ou do setor, bem como as atribuições, a complexidade e o nível de conhecimento exigido pelo cargo, ou seja, de acordo com o desafio da posição.

A remuneração variável depende do alcance de metas e indicadores de desempenho, alinhados aos interesses da estratégia da companhia aos executivos.

As metas que compõe os cards dos Diretores são definidas com base no direcionamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração. Os indicadores são definidos anualmente, conforme as estratégias dos negócios da Companhia. Ao final do exercício social é avaliado o atingimento das metas e calculada a remuneração variável resultante, de acordo com o Programa de Remuneração Variável da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração podem ter a sua remuneração reajustada anualmente pela inflação ou de acordo com referências de mercado.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração fixa e variável paga pela Companhia aos seus administradores é avaliada e aprovada 1 (uma) vez ao ano pelo Conselho de Administração, de acordo com os limites determinados em Assembleia Geral Ordinária e levando em consideração pesquisas realizadas internamente, de forma que seja possível aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem apenas a remuneração fixa, a qual é alinhada com práticas de mercado. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável atrelada a gatilhos mínimos, targets e máximo de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual de cada diretoria sob gestão, sendo paga integralmente no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) bônus de retenção de longo prazo que objetiva reter certos executivos até a data final do contrato de concessão da distribuidora; (iv) plano de opção de compra de ações atrelado à condicionantes relacionadas à renovação da concessão e adequação da estrutura de capital; e (v) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos, participação no plano de previdência privada ao qual a Companhia também realiza contribuições e seguro de vida.

Diretoria Não-Estatutária

Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável na forma de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustada de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, sendo que parte desta é paga no exercício subsequente à aferição do resultado; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos, participação no plano de previdência privada ao qual a Companhia também realiza contribuições, vale-refeição e alimentação, seguro de vida de adesão opcional e reembolso de despesas com educação dos filhos com limites previstos em acordo coletivo de trabalho. Certos diretores não-estatutários elegíveis fazem jus a (i) bônus de retenção de longo prazo que objetiva reter os executivos até a data final do contrato de concessão da distribuidora; (ii) plano de opção de compra de ações atrelado a condicionantes relacionadas à renovação da concessão e adequação da estrutura de capital.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Todos os membros do Comitê são elegíveis a uma remuneração fixa mensal, mas não acumulativa. Desse modo, caso participe de mais de um comitê, a remuneração não é majorada, incluindo o comitê estatutário. Adicionalmente, os membros dos Comitês são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social corrente:

Exercício de 2023 - Orçado	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	33,0%	57,1%	7,1%	2,8%	0,0%	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	65,6%	31,7%	0,0%	2,7%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Comitê de Auditoria Estatutário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Operações e Finanças	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Pessoas e Governança	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê ESG+	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Exercício de 2022 - Realizado	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Total
Conselho de Administração	100%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	50,6%	41,1%	N/A	2,3%	6,0%	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Exercício de 2022 - Realizado	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Total
Comitê de Auditoria Estatutário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Operações e Finanças	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Pessoas e Governança	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê ESG+	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em "Remuneração Baseada em Ações" tivemos uma reversão que foi devido ao *turnover* de dois Diretores antigos, que não executaram a opção de resgate dos valores das ações e contabilmente a Light não obteve o desembolso deste valor, tornando a "Remuneração Baseada em Ações", negativa dentro do Realizado.

Exercício de 2021 - Realizado	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	9,6%	9,8%	80,0%	0,5%	0,1%	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Comitê de Auditoria Estatutário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Operações e Finanças	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Pessoas e Governança	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê ESG+	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Exercício de 2020 - Realizado	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	15,6%	8,7%	74,4%	0,7%	0,7%	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Comitê de Auditoria Estatutário	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Operações e Finanças	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê de Pessoas e Governança	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comitê ESG+	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

• Sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avaliações apresentadas pelo Comitê de Pessoas e Governança, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Para cada Conselheiro Fiscal, temos um suplente não remunerado.

(d) A existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros da Diretoria recebem uma remuneração fixa e remuneração variável de curto prazo que é rateada entre a Companhia, a Light S.E.S.A. e a Light Energia S.A. Frisa-se que a totalidade da Remuneração Baseada em Ações é reconhecida no resultado da Light S.A.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 – Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	6,00	19,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	488.224,00	9.637.880,50	0,00	10.126.104,50
Benefícios direto e indireto	7.547,64	74.847,43	0,00	82.395,07
Participações em comitês	640.000,00	0,00	0,00	640.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.729.862,45	0,00	4.729.862,45
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.737.338,02	0,00	2.737.338,02
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP], o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP], o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP], o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.135.771,64	17.179.928,40	0,00	18.315.700,04

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores AnuaisNota				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,83	7,00	6,00	21,83
Nº de membros remunerados	8,83	7,00	3,00	18,83
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	626.463,53	934.818,88	247.068,00	1.808.350,41
Benefícios direto e indireto	4.726,00	54.341,77	0,00	59.067,77
Participações em comitês	841.333,33	0,00	0,00	841.333,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	803.783,30	0,00	803.783,30
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	44.993,55	0,00	44.993,55
Cessação do cargo	0,00	116.479,98	0,00	116.479,98
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	-2.386.794,42	0,00	-2.386.794,42
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP], o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	1.472.522,86	-432.376,94	247.068,00	1.287.213,92

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,58	6,42	23,00
Nº de membros remunerados	9,00	7,58	3,00	19,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	581.357,83	962.980,02	224.677,45	1.769.015,30
Benefícios direto e indireto	6.918,89	66.167,36	0,00	73.086,25
Participações em comitês	972.009,33	0,00	0,00	972.009,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.045.161,39	0,00	1.045.161,39
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	58.075,88	0,00	58.075,88
Cessação do cargo	0,00	9.846,72	0,00	9.846,72
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.561.584,74	0,00	8.561.584,74
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.560.286,05	10.703.816,11	224.677,45	12.488.779,61

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	6,50	6,00	21,42
Nº de membros remunerados	8,58	6,50	3,00	18,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	345.840,33	740.805,32	155.562,90	1.242.208,55
Benefícios direto e indireto	0,00	58.628,22	0,00	58.628,22
Participações em comitês	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	445.449,08	0,00	445.449,08
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	34.201,43	0,00	34.201,43
Cessação do cargo	0,00	37.700,00	0,00	37.700,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.820.813,37	0,00	3.820.813,37
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de	

	membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	465.840,33	5.137.597,42	155.562,90	5.759.000,65

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	6	-	-
Nº de membros remunerados	-	6	-	-
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	593.872,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.187.744,00	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	593.872,00	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	7,00	-	-
Nº de membros remunerados	-	7,00	-	-
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	533.276,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.066,553,00	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	533.276,00	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	803.783,30	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	7,58	-	-

Nº de membros remunerados	-	7,58	-	-
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	479.820	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.919.281	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	959.641	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.045.161	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	6,50	-	-
Nº de membros remunerados	-	6,50	-	-
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	204.500	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	818.000	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	409.000	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	445.449	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: A Companhia possuía dois planos de remuneração baseada em ações, o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de julho de 2019 ("Plano 2019") e o Plano de Incentivo de Longo Prazo aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022 ("Plano 2022" em conjunto com o Plano 2019, "Planos"). Ambos os Planos estão sem efeitos práticos na remuneração a que os beneficiários dos Planos fazem jus, tendo em vista que o valor atual de cotação das ações de emissão da Companhia está 90% inferior ao valor target dos Planos. Dessa forma, a Administração está propondo à deliberação na AGO/E a extinção do Plano 2019, e o Plano 2022 já foi cancelado por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

Na AGO/E, a administração da Companhia propõe que seja aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), conforme **Anexo VI** da presente Proposta, para permitir a outorga de opções de compra de ações de emissão Companhia a Diretores estatutários e não-estatutários da Companhia e de suas controladas, com os seguintes objetivos principais:

- (i) gerar um maior alinhamento de interesses dos executivos com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios;
- (ii) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia;
- (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os atuais e novos executivos, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e
- (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

As condições e demais informações relativas ao Plano, exigidas pelo artigo 14 da Resolução CVM 81, encontram-se no **Anexo VII** desta Proposta.

8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	6,00
Nº de membros remunerados	-	6,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	19,85
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	19,85
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	-	0,185%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	7,00
Nº de membros remunerados	-	5,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	20,10
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	20,08
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	-	0,448%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	7,67
Nº de membros remunerados	-	5,75
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	20,54
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	20,32
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	-	0,929%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	6,50

Nº de membros remunerados	-	6,50
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	20,54
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	20,54
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	-	1,00%

8.6 - Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	6,00
Nº de membros remunerados	-	6,00
Data de outorga	-	Não houve
Quantidade de opções outorgadas	-	Não houve
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Não houve
Prazo máximo para exercício das opções	-	Não houve
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	Não houve
Valor justo das opções na data da outorga	-	Não houve
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	Não houve
Opções exercidas	-	Não houve

Opções exercidas – exercício social encerrado em encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	7,00
Nº de membros remunerados	-	7,00
Data de outorga	-	Não houve
Quantidade de opções outorgadas	-	Não houve
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Não houve
Prazo máximo para exercício das opções	-	Não houve
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	Não houve
Valor justo das opções na data da outorga	-	Não houve
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	Não houve
Opções exercidas	-	Não houve

Opções exercidas – exercício social encerrado em encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	7,58
Nº de membros remunerados	-	7,58
Data de outorga	-	Não houve
Quantidade de opções outorgadas	-	Não houve

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Não houve
Prazo máximo para exercício das opções	-	Não houve
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	Não houve
Valor justo das opções na data da outorga	-	Não houve
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	Não houve
Opções exercidas	-	Não houve

Opções exercidas – exercício social encerrado em encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	6,50
Nº de membros remunerados	-	6,50
Data de outorga	-	14/12/2020
Quantidade de opções outorgadas	-	260.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	25% a partir de 12 meses, o restante 25% mais a cada ano, limitado a 100%
Prazo máximo para exercício das opções	-	2024
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	12 meses (lockup)
Valor justo das opções na data da outorga	-	14/12/2020 - R\$ 8,83 (Call)
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	2.295.800
Opções exercidas	-	0

8.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	7,00
Nº de membros remunerados	-	5,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	342.775
Data em que se tornarão exercíveis	-	17/03/2023, 17/03/2024, 26/07/2023, 14/12/2023, 14/12/2024, 08/10/2023, 08/10/2024, 23/11/2023, 23/11/2024
Prazo máximo para exercício das opções	-	14/12/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	12 meses (lockup)
Preço médio ponderado de exercício	-	20,08
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	envia R\$ 2.104.599,6
Opções exercíveis		
Quantidade	-	1.676.125
Prazo máximo para exercício das opções	-	14/12/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	12 meses (lockup)
Preço médio ponderado de exercício	-	19,85
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 10.090.063,8
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 12.194.663,4

8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social corrente (2023)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros		6,00
Nº de membros remunerados		6,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		0,222%

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	7,00
Nº de membros remunerados	-	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,854%

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	7,58
Nº de membros remunerados	-	7,58
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,929%

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	6,50
Nº de membros remunerados	-	6,50
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	1,00%

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.11 - Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Utilizou-se o método de Black & Scholes para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas. Utilizou-se parâmetros com base em dados históricos (volatilidade, taxa livre de risco e preço da ação) nas datas das outorgas.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Nas respectivas datas de outorga adotou-se o preço de mercado da ação na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais corrigidos pelo IPCA.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções ajustado pelos dividendos e juros de capital próprio declarados no período, quando aplicável. Com a implementação do plano a partir de julho de 2019, até a data de 31/12/2020 ainda não houve ajuste no preço esperado de exercício.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para o período de 05 anos.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 – Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Exercício encerrado em 31/12/2022				
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Light S.A.	634.100	85.800	2.800	722.700
Light S.E.S.A.	-	-	-	-
Light Energia S.A.	-	-	-	-

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	
Nº de membros remunerados	-	9 (1 no Plano C e 8 no Plano D)
Nome do plano	-	Plano C e Plano D
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0 (sendo aposentadoria normal no Plano C) 0 (sendo aposentadoria normal no Plano D)
Condições para se aposentar antecipadamente	-	Plano C - Mínimo de 45 anos de idade e de 36 meses de serviço creditado (tempo de serviço ininterrupto na patrocinadora). Plano D - Ter pelo menos 50 anos completos e sua inscrição no Plano ou contrato de trabalho com sua patrocinadora contar com, pelo menos, 3 anos completos de vigência.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 996.155,36 (**) (****) Considerado as contribuições relativas aos 7 (*) participantes *Posição em 31/12/2021
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 551.891,81 (**) (****) *Posição de 01/01/2021 a 31/12/2021
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 1.150.893,29 (***)(****) Considerado as contribuições relativas aos 9 participantes *Posição saldos até 31/12/2022
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 442.880,08 (***)(****) *Posição de 01/01/2022 a 31/12/2022
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	Plano C - Desde que cessado o vínculo empregatício, o resgate é possível. Seu valor corresponde a: 100% do saldo da conta individual do participante (resultante das contribuições feitas pelo participante) + um percentual da conta individual da patrocinadora (resultante das contribuições feitas pela patrocinadora) dado

		por 50% mais 0,5% por cada mês de vinculação ao Plano, entre 0 a 59 meses de vinculação ao Plano C e por 80%, de 60 meses em diante + 100% dos recursos portados de entidades abertas. Plano D - Desde que cessado o vínculo empregatício e desde que o participante não esteja em gozo de um benefício, o resgate é possível. Seu valor corresponde a: 100% do saldo da conta individual do participante (resultante das contribuições feitas pelo participante) + um percentual da conta individual da patrocinadora (resultante das contribuições feitas pela patrocinadora) dado por 50% mais 0,5% por cada mês de vinculação ao Plano, limitado a 80% + 100% dos recursos portados de entidades abertas.
--	--	---

(*) Em 2022, houve inclusão de (3) quatro diretores e a exclusão de 1 diretor (desligado em 2021). (**) Montante apurado com base nas cotas de 31/12/2021 dos Planos C e D. (***) Montante apurado com base nas cotas de 31/12/2022 dos Planos C e D. (****). Considerado 100% das Contribuições da Patrocinadora (diretores da empresa Light SESA, Light S.A e Light Energia.)

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	7,00	7,58	6,50	8,83	9,00	8,92	6,00	6,42	6,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,58	6,50	8,83	9,00	8,58	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	374.039,87	4.936.257,42	1.051.742,82	201.660,40	235.563,89	95.632,00	98.827,20	66.433,84	62.225,12
Valor da menor remuneração (Reais)	188.540,15	229.099,07	908.952,94	198.022,04	187.040,00	64.560,00	98.827,20	23.381,68	62.225,12
Valor médio da remuneração (Reais)	279.202,50	1.411.492,23	790.399,60	166.700,70	173.365,12	54.272,66	82.356,00	74.892,48	51.854,30

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2021	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2020	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 3 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.

Conselho de Administração	
31/12/2022	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2021	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2020	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão, todos os ocupantes exerceram o cargo por 12 meses, o valor da menor remuneração anual individual foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2021	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2023. Para apuração da menor remuneração anual do órgão, como para 2021 todos os ocupantes exerceram o cargo por menos de 12 meses, o valor da menor remuneração anual individual foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 8 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.
31/12/2020	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os valores da maior e da menor remuneração individual foram calculados nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº01/2021. Para apuração da menor remuneração anual do órgão foram excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro com a maior remuneração exerceu suas funções por 11 meses. Para o cálculo da remuneração média, são considerados apenas os membros remunerados.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Os Diretores da Companhia destituídos do cargo pelo Conselho de Administração ou por término do prazo do mandato, fazem jus a:

- 1) Extensão do Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida por até 1 (um) ano contados da data da Rescisão, ou até que o Diretor seja reinserido no mercado de trabalho, o que for menor, sendo certo, neste último caso, que o Diretor deverá comunicar a Light acerca de sua reinserção no prazo máximo de 10 dias após a assinatura de novo Contrato de Trabalho e/ou eleição para o exercício de outro cargo em órgão da administração de outra empresa;
- 2) Remuneração Variável Anual proporcional ao tempo de mandato cumprido, de acordo com o resultado de alcance das metas do card da posição definida pelo Conselho de Administração, do exercício;
- 3) Indenização correspondente a 30 dias mais 3 dias por ano trabalhado, da remuneração fixa vigente à época da Rescisão, limitado a 90 dias;
- 4) Indenização pelo período de não utilização da licença remunerada, considerando, inclusive, o período proporcional ao tempo inferior a 12 meses;
- 5) Gratificação anual proporcional ao tempo trabalhado no ano considerando os dias pagos.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

No exercício de 2019, a Companhia deixou de possuir controlador e, consequentemente, não há percentual devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores a partir de tal exercício.

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, indicar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Até 31 de dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria recebiam uma remuneração global rateada entre a Companhia ("Light S.A."), a Light S.E.S.A. e a Light Energia S.A., na proporção de 10/80/10 respectivamente, quando eleitos pelas três sociedades, e 90/10 respectivamente, quando eleitos pela Companhia ("Light S.A.") e por sua controlada, Light S.E.S.A. A partir do exercício de 2021, a proporção de rateio da remuneração global dos Administradores da Companhia ("Light S.A."), Light S.E.S.A. e Light Energia S.A. foi, respectivamente, alterada e será objeto de deliberação em suas correspondentes assembleias gerais ordinárias realizadas anualmente.

Exercício social corrente – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor				
Light S.E.S.A.	4.387.722,20	13.076.445,41	494.136,00	17.958.581,41
Light Energia S.A.	1.576.000,00	4.490.553,73	0,00	6.066.553,73
Sociedade sob controle comum	-	-	-	24.025.135,14

Exercício social 2022 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor				
Light S.E.S.A.	5.174.031,00	15.552.225,59	296.481,60	21.022.738,19
Light Energia S.A.	2.262.157,44	2.172.547,79	0,00	4.434.705,23
Sociedade sob controle comum	-	-	-	25.457.443,42

Exercício social 2021 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor				
Light S.E.S.A.	4.917.298,47	17.973.138,45	316.509,79	23.206.946,72
Light Energia S.A.	1.759.389,16	1.851.730,57	0,00	3.611.119,73
Sociedade sob controle comum	-	-	-	26.818.066,45

Exercício social 2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor				
Light S.E.S.A.	3.300.181,66	11.676.864,97	373.351,32	15.350.397,95
Light Energia S.A.	411.675,00	855.297,43	0,00	1.266.972,43
Sociedade sob controle comum	-	-	-	16.617.370,38

8.20 - Outras informações relevantes

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é rateada entre a Companhia, a Light S.E.S.A. e a Light Energia S.A., conforme o tempo dedicado às suas funções em cada companhia do grupo Light, sendo que a totalidade da Remuneração Baseada em Ações é reconhecida no resultado da Light S.A. Apresentamos abaixo a proporção do valor da remuneração incorrida por cada uma das referidas companhias do Grupo Light:

	<u>Proposta 2023</u>				<u>Realizado 2022</u>			
	<u>Light S.A.</u>	<u>Light SESA</u>	<u>Light Energia</u>	<u>Total</u>	<u>Light S.A.</u>	<u>Light SESA</u>	<u>Light Energia</u>	<u>Total</u>
<u>REMUNERAÇÃO FIXA</u>								
Conselho de Administração	1.135.771,64	4.387.722,00	1.576.224,00	7.099.717,64	1.472.522,86	4.327.421,08	1.885.131,20	7.685.075,14
Diretoria Executiva	9.712.727,90	10.044.030,63	3.253.267,57	23.010.026,11	989.160,65	7.855.092,10	1.108.493,47	9.952.746,22
Conselho Fiscal	0	494.136,00	0	494.136,00	247.068,00	247.068,00	0	494.136,00
<u>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</u>								
Conselho de Administração	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretoria Executiva	4.729.862,45	3.032.414,78	1.237.286,16	8.999.563,39	803.783,30	6.333.982,06	900.067,64	8.037.833,00
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>PÓS EMPREGO</u>								
Conselho de Administração	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretoria Executiva	0	0	0	0	44.993,55	408.483,21	70.335,10	523.811,86
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>CESSAÇÃO DO CARGO</u>								
Conselho de Administração	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretoria Executiva	0	0	0	0	116.479,98	954.668,22	93.651,58	1.164.799,78
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>BASEADA EM AÇÕES</u>								
Conselho de Administração	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretoria Executiva	2.737.338,02	0,00	0,00	2.737.338,02	-2.386.794,42	0	0	-2.386.794,42
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0
<u>REMUNERAÇÃO GLOBAL</u>								
Conselho de Administração	1.135.771,64	4.387.722,00	1.576.224,00	7.099.717,64	1.472.522,86	4.327.421,08	1.885.131,20	7.685.075,14
Diretoria Executiva	17.179.928,37	13.076.445,41	4.490.553,73	34.746.927,51	-432.376,94	15.552.225,59	2.172.547,79	17.292.396,44
Conselho Fiscal	0,00	494.136,00	0,00	494.136,00	247.068,00	247.068,00	0,00	494.136,00

* Os valores aqui expressos contemplam todas as verbas que compõem a remuneração dos administradores e fiscal, incluindo encargos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022, foi aprovada verba de remuneração total dos administradores de até R\$ 10.692.383,12 para o exercício social de 2022, referente ao período de janeiro a dezembro, compreendendo as parcelas relativas à Remuneração Fixa, Remuneração Variável e Remuneração Baseada em Ações.

Se pegarmos a Proposta e compararmos com o Realizado, veremos que a grande diferença é devido à reversão que tivemos dos valores de "Remuneração Baseada em Ações", conforme abaixo. Esta reversão foi devido ao turnover do antigo presidente e a antiga diretora de gente e gestão, que não executaram a opção de resgate dos valores das ações e contabilmente falando a Light não teve o desembolso deste valor, tornando a "Remuneração Baseada em Ações", negativa dentro do Realizado.

Este valor impacta diretamente no preenchimento dos campos do Realizado da FRE 2022, para os seguintes itens: Anexo V, itens 8.1, 8.2, 8.15 e 8.20.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais (PROPOSTA)				
Light SA	Conselho Adm	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	1.513.536,44	981.849,91	247.068,00	2.742.454,35
Remuneração variável	0,00	1.075.144,00	0,00	1.075.144,00
Pós emprego	0,00	49.179,78	0,00	49.179,78
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	7.072.673,00	0,00	7.072.673,00
Total da remuneração	1.513.536,44	9.178.846,69	247.068,00	10.939.451,13

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais (REALIZADO)				
Light as	Conselho Adm	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	1.472.522,86	989.160,65	247.068,00	2.708.751,51
Remuneração variável	0,00	803.783,30	0,00	803.783,30
Pós emprego	0,00	44.993,55	0,00	44.993,55
Cessação do cargo	0,00	116.479,98	0,00	116.479,98
Remuneração baseada em ações	0,00	-2.386.794,42	0,00	-2.386.794,42
Total da remuneração	1.472.522,86	-432.376,94	247.068,00	1.287.213,92

ANEXO VI

Cópia do Plano de Opções de Compra de Ações

LIGHT S.A.

CNPJ/ME Nº 03.378.521/0001-75

NIRE 33.300.263.16-1

Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano")

1. OBJETIVOS DO PLANO

1.1. Este Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano") da Light S.A. ("Light" ou "Companhia"), estabelece os termos e condições para a outorga, pela Companhia de opções de compra de ações de sua emissão ("Opções"), para determinados Diretores estatutários e não-estatutários da Companhia e de suas controladas, respeitados os termos e condições aqui previstos, com vistas a:

- (v) gerar um maior alinhamento de interesses dos Beneficiários (conforme abaixo definidos) com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios;
- (vi) buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia;
- (vii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os atuais e novos Beneficiários, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e
- (viii) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

2. BENEFICIÁRIOS

São elegíveis a participar do Plano determinados Diretores estatutários e não-estatutários da Companhia e de suas controladas (sendo certo que as referências à Companhia neste Plano compreendem também as suas controladas), incluindo aqueles admitidos após o início de um determinado Programa, considerados estratégicos pelo Conselho de Administração para viabilizar o desenvolvimento da Companhia e suas controladas e liderar o processo envolvendo a readequação da estrutura de capital da Companhia e reestruturação do seu endividamento (em conjunto "Beneficiários").

2.1. Caberá ao Conselho de Administração fixar os critérios para seleção dos Beneficiários, observado o disposto neste Plano.

2.2. O Plano será dividido em um ou mais programas, observado o limite de ações aqui previsto ("Programas"). A adesão dos Beneficiários ao Plano e aos Programas dependerá da celebração de um contrato entre o Beneficiário e a Companhia, contendo as regras, termos e condições aplicáveis, que deverão ser cumpridas pelo Beneficiário para fazer jus aos benefícios do Plano e do respectivo Programa ("Contrato de Outorga").

3. OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

3.1. Opção de Compra. Cada Opção outorgada no contexto deste Plano conferirá ao Beneficiário o direito de subscrever 1.000 (mil) ações, conforme termos e condições previstos neste Plano, sendo que poderão ser outorgadas aos Beneficiários, em conjunto, um total de até 18.627 (dezoito mil, seiscentos e vinte e sete) Opções.

3.2. Limite Global de Outorga. A outorga de Opções deve respeitar o seguinte: (i) as Opções outorgadas conferirão o direito de subscrição a ações representativas do limite máximo de até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano, ("Limite Global de Outorga"), (ii) o limite do capital autorizado da Companhia, nos termos do estatuto social, podendo o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, determinar o número de ações de emissão da Companhia que estarão abrangidas pelo Plano, desde que respeitado o Limite Global de Outorga.

3.2.1. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções pelos respectivos Beneficiários, a Companhia poderá (i) emitir novas ações através de aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, e/ou (ii) utilizar ações de sua emissão mantidas em tesouraria.

3.2.2. Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga das Opções ou na subscrição de ações decorrentes do exercício das Opções objeto deste Plano, nos termos do Artigo 171, §3º, da Lei das S.A.

3.3. Prazo de Carência. As Opções somente serão exercíveis após o encerramento do Prazo de Vigência, desde que verificadas as Condições de Vesting, nos termos das Cláusulas 3.4 e 3.5 abaixo ("Prazo de Carência").

3.4. Condições de Vesting. O exercício das Opções pelos Beneficiários estará condicionado a:

- (i) renovação do contrato de concessão de fornecimento de energia elétrica da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") perante a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL") ("Condição de Vesting I");
- (ii) diminuição da glosa de perda e PECLD em relação à revisão tarifária de 2022 ("Valor Ganho") igual ou superior a R\$ 300 milhões, no momento da renovação ou antes da renovação através de um Reajuste Tarifário Extraordinário ("RTE") ("Condição de Vesting II");
- (iii) inclusão de regra específica de reconhecimento de perdas em "ARSOs" na renovação do contrato de concessão de fornecimento de energia elétrica da Light SESA perante a ANEEL ("Condição de Vesting III"); e
- (iv) readequação da estrutura de capital da Light SESA em termos que permitam a renovação do contrato de concessão da Light SESA ("Condição de Vesting IV" e, em conjunto com a Condição de Vesting I, Condição de Vesting II, Condição de Vesting III, e Condição de Vesting IV, "Condições de Vesting").

Para fins de esclarecimento, em caso de renovação do contrato de concessão de fornecimento de energia elétrica da Light SESA perante a ANEEL sem as condições previstas nos itens (ii) e (iii) acima, o Beneficiário somente terá cumprido a Condição de Vesting I.

3.5. Cumprimento Parcial das Condições de Vesting. O direito dos Beneficiários ao exercício das Opções, será sempre proporcional ao cumprimento ou verificação, conforme o caso, das Condições de Vesting, de acordo com os seguintes percentuais, a serem aplicados de forma cumulativa para a determinação do número de Opções que cada Beneficiário poderá exercer ("Percentual de Vesting"):

- (i) a satisfação somente da Condição de Vesting I conferirá ao Beneficiário o direito ao exercício de 40% das Opções;
- (ii) caso a Condição de Vesting I tenha sido satisfeita, a satisfação da Condição de Vesting II conferirá o direito ao exercício de adicional de entre 10% e 20% das Opções ("Percentual Vesting Condição de Vesting II"), calculado de acordo com a seguinte metodologia:
 - a. Caso o Valor Ganho tenha sido de R\$ 300 milhões, o Vesting Condição de Vesting II será 10%;
 - b. Caso o Valor Ganho tenha sido superior a R\$ 300 milhões e inferior a R\$ 500 milhões, o Percentual Vesting Condição de Vesting II será determinado pela seguinte fórmula:
$$\text{Vesting Condição de Vesting II} = 10\% + [(Valor\ Ganho - 300.000.00) / (200.000.000)] * (10\%), e$$
 - c. Caso o Valor Ganho tenha igual ou superior a R\$ 500 milhões, o Percentual Vesting Condição de Vesting II será 20%;
- (iii) caso a Condição de Vesting I tenha sido satisfeita, a satisfação da Condição de Vesting III conferirá ao Beneficiário o direito ao exercício de 10% das Opções; e
- (iv) caso a Condição de Vesting I tenha sido satisfeita, a satisfação da Condição de Vesting IV conferirá ao Beneficiário o direito ao exercício de 30% das Opções.

Para fins de esclarecimento, salvo na hipótese prevista na Cláusula 9.1, independentemente do cumprimento de uma ou mais Condições Vesting na forma das Cláusulas 3.4 e 3.5, o Beneficiário somente poderá exercer as Opções a que fizer jus após o encerramento do Prazo de Carência.

3.6. Preço de Exercício e Pagamento das Opções. O preço de exercício das Opções será equivalente a R\$ 0,01 (um centavo) por lote de 1.000 (mil) ações ("Preço de Exercício") e o respectivo pagamento deverá ser realizado pelo Beneficiário, em dinheiro, em até 60 (sessenta) dias contados do encerramento do Prazo de Carência.

3.7. Lock-Up. Os Beneficiários deverão manter em sua propriedade a totalidade das ações por eles subscritas em razão do exercício das Opções, pelo prazo de 1 (um) ano contado da data da efetiva emissão das ações objeto do exercício das Opções para o Beneficiário ("Ações Lock-Up" e "Lock-Up").

3.7.1. Para que a Companhia possa verificar o cumprimento das obrigações de *Lock-Up*, os Beneficiários deverão, no prazo de até 10 (dez) dias contados da efetiva transferência das Ações Lock-

Up, transferir a totalidade das Ações Lock-Up para a custódia de uma instituição financeira a ser selecionada e indicada pela Companhia.

3.7.2. O Lock-Up terminará imediatamente nas hipóteses de aceleração previstas na Cláusula 9.1.

3.8. Transferência. A efetiva transferência das Opções para o Beneficiário somente se dará com o implemento das Condições de Vesting, conforme o cálculo cumulativo dos Percentuais de Vesting, e o encerramento do Prazo de Carência, de modo que a aprovação dos Programas ou a celebração dos Contratos de Outorga, por si só, não garantem aos Beneficiários quaisquer direitos sobre as Opções outorgadas, nem tampouco representam garantia do seu recebimento.

4. OUTORGA DAS OPÇÕES

4.1. A outorga das Opções nos termos deste Plano será realizada mediante a celebração de Contrato de Outorga, com referência ao Programa em questão, o qual estabelecerá todos os termos e condições da outorga e exercício das Opções.

4.2. A assinatura do Contrato de Outorga implicará na aceitação, pelo Beneficiário e pela Companhia, de todas as condições deste Plano, do respectivo Programa e do respectivo Contrato de Outorga.

4.3. Nenhuma disposição deste Plano, de qualquer Programa ou do Contrato de Outorga conferirá a qualquer Beneficiário direitos com respeito à manutenção de qualquer relação jurídica com a Companhia e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos da Companhia de interromper ou terminar, a qualquer tempo, o relacionamento que mantenha com o Beneficiário.

4.4. A outorga das Opções não conferirá aos Beneficiários direitos de acionista da Companhia. Os Beneficiários somente terão os direitos inerentes à condição de acionista a partir do momento em que se tornarem efetivamente acionistas da Companhia, mediante a subscrição ou aquisição das ações decorrentes do exercício das Opções a que tiverem direito, conforme estipulado neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga.

5. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

5.1. Administração. Este Plano e os Programas serão administrados pelo Conselho de Administração, que poderá, observadas as restrições previstas na legislação aplicável, servir-se do Comitê de Pessoas e Governança para assessorá-lo na administração do Plano e dos Programas.

5.2. Alterações no Plano. Obedecidas as condições gerais deste Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos Programas, podendo inclusive: (i) alterar e extinguir os Programas ou o Plano; (ii) emitir novos Programas; (iii) aprovar os Beneficiários e autorizar a outorga de Opções, nos termos e condições individualmente definidos nos respectivos Contratos de Outorga; e (iv) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos e dirimir dúvidas.

5.2.1. Em qualquer dos casos, a aprovação de alterações ou a extinção de Programas ou deste Plano não poderão afetar os termos e condições dos Contratos de Outorga já celebrados com os Beneficiários sem a anuência destes.

5.2.2. Não obstante o disposto na Cláusula 5.2, o Conselho de Administração não poderá, salvo mediante prévia autorização pela Assembleia Geral, aumentar o Limite Global de Outorga.

6. DESLIGAMENTO, INVALIDEZ E FALECIMENTO DO BENEFICIÁRIO

6.1. Desligamento por Iniciativa do Beneficiário e Desligamento com Justa Causa. Na hipótese de ocorrer, antes do encerramento do Prazo de Carência, (i) o desligamento do Beneficiário da Companhia por sua própria iniciativa (por apresentação de pedido de demissão ou de renúncia ao seu cargo na administração da Companhia, conforme o caso) ou (ii) o desligamento do Beneficiário com justa causa, o Beneficiário perderá automática e integralmente o direito às Opções.

6.2. Desligamento sem Justa Causa, Invalidez Permanente e Falecimento. Na hipótese de ocorrer (i) o desligamento do Beneficiário por iniciativa da Companhia, sem justa causa; (ii) falecimento do Beneficiário; ou (iii) invalidez permanente do Beneficiário, conforme reconhecida pela Previdência Social, o Beneficiário (ou seus sucessores) fará jus ao exercício antecipado das Opções, observados as Condições de Vesting e o Percentual de Vesting, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da ocorrência de qualquer das hipóteses acima, evento sendo certo que o Beneficiário deverá observar as regras de *Lock-Up* previstas na Cláusula 3.7.

Para fins de clareza, nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2 acima, os Beneficiários farão jus ao exercício das Opções conforme Percentuais de Vesting referentes a cada uma das Condições de Vesting que tiverem sido alcançadas no momento de qualquer uma das hipóteses previstas acima, independentemente do término do Prazo de Carência.

7. VIGÊNCIA DO PLANO

7.1. Vigência. O Plano entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá em vigor até 31 de agosto de 2026, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das obrigações assumidas nos termos de cada Contrato de Outorga então celebrado, que deverão permanecer em vigor pelos prazos ali previstos, incluindo eventuais restrições à negociabilidade das Ações que venham a ser adquiridas pelos Beneficiários.

7.2. O Plano será considerado encerrado em função do atingimento do Limite Global de Outorga, permanecendo válidas e em vigor todas as suas regras em relação aos Beneficiários que tenham celebrado Contratos de Outorga durante sua vigência.

7.3. A outorga das Opções ao Beneficiário em qualquer dos Programas não obriga a Companhia a conceder este incentivo com relação aos demais Programas ou em qualquer outro formato semelhante, em exercícios futuros, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual concessão de incentivos similares em exercícios futuros.

8. AJUSTAMENTOS

8.1. Em caso de aprovação de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, o número de ações objeto de outorga das Opções no contexto deste Plano deverá ser ajustado de forma correspondente.

8.2. Caso seja aprovada a emissão de novas ações de emissão da Companhia, mediante aumento de capital por subscrição pública ou privada, a quantidade de Opções equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total de Opções outorgadas ao Beneficiário será ajustada ("Opções Ajustadas por Aumento de Capital"), de modo que as Opções Ajustadas por Aumento de Capital confirmam ao Beneficiário o direito de subscrever, após tal aumento de capital, ações representativas do mesmo percentual a que o Beneficiário faria jus antes do referido aumento de capital.

8.2.1. Os ajustamentos segundo as condições das Cláusulas 8.1 e 8.2 acima serão feitos pelo Conselho de Administração, e tal decisão será definitiva e obrigatória.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Aceleração do Plano. Ocorrerá a aceleração do Prazo de Carência na hipótese de (i) um acionista (ou grupo de acionistas agindo em conjunto) passe a deter o controle ou a totalidade do capital da Companhia; (ii) alienação integral das ações de emissão da Light SESA detidas pela Companhia ou alienação do controle da Light SESA pela Companhia, ou (iii) um acionista (ou grupo de acionistas que atue em conjunto) passar a deter mais de 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia ou da Light SESA, sendo que, em qualquer destas hipóteses, será conferido aos Beneficiários o direito ao exercício antecipado de 100% (cem por cento) das Opções a que fizerem jus, no prazo de até 60 dias contados a partir da data de divulgação do referido evento. Adicionalmente, na hipótese de alienação integral das ações representativas do capital social da Companhia, será garantido aos Beneficiários a participação na referida alienação com as ações objeto do exercício das Opções, nas mesmas condições que os demais acionistas.

9.2. Adesão. A assinatura dos respectivos Contratos de Outorga implicará a expressa, irrevogável e irretratável aceitação de todos os termos do Plano pelo Beneficiário.

9.3. Execução Específica. As obrigações contidas no Plano e nos Contratos de Outorga são assumidas em caráter irrevogável, valendo como título executivo extrajudicial conforme legislação aplicável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer tempo. Estabelecem as partes que tais obrigações têm execução específica, na forma da lei.

9.4. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e dos Contratos de Outorga são pessoais e intransferíveis e não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte, salvo se expressamente previsto neste Plano.

9.5. Casos Omissos. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração. Qualquer Opção de Compra concedida de acordo com este Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui

estabelecidos, que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento aqui mencionado.

9.6. Lei Aplicável. Este Plano, e os respectivos Contratos de Outorga serão regidos e interpretados de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

9.7. Resolução de Disputas. A Companhia e os Beneficiários se comprometerão a envidar seus melhores esforços para dirimir amigavelmente toda e qualquer disputa, dúvida ou controvérsia decorrente ou relacionada, direta ou indiretamente, ao Plano, envolvendo quaisquer de suas partes, por meio de negociações diretas mantidas em boa-fé, em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados do envio de notificação por qualquer parte sobre tal disputa dúvida ou controvérsia.

8.6.1. Se, ao término do prazo acima, as partes não chegarem a uma solução amigável, deverão submeter a disputa, dúvida ou controvérsia a resolução final e definitiva por meio de arbitragem a ser administrada e conduzida pela Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), nos termos do Estatuto Social da Companhia e de acordo com o Regulamento da CAM em vigor na data do requerimento de instauração da arbitragem.

* * *

ANEXO VII

Condições e demais informações relativas ao Plano

(conforme exigidas pelo Anexo B da Resolução CVM 81)

1. Fornecer cópia do plano proposto

Uma cópia do Plano de Incentivo baseado em ações da Light S.A. (*Plano de Opções*) ("Plano") está contida no **Anexo VII** desta Proposta para a Assembleia.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

a. Potenciais beneficiários

Os potenciais beneficiários do Plano serão determinados Diretores estatutários e não estatutários da Companhia e de suas controladas (sendo certo que as referências à Companhia no Plano compreendem as suas controladas), selecionados pelo Conselho de Administração considerando aspectos relativos à performance e potencial do profissional (os "Beneficiários").

b. Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção de compra ("Opção") outorgada no contexto do Plano conferirá ao Beneficiário o direito de subscrever um lote de 1.000 (mil) ações. No contexto do Plano, poderão ser outorgadas aos Beneficiários até 18.627 (dezoito mil, seiscentos e vinte e sete) Opções.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

As Opções que poderão ser outorgadas no contexto do Plano conferirão aos Beneficiários o direito de subscrever até 18.627.000 (dezoito milhões, seiscentos e vinte e sete mil) ações ordinárias, representativas de até 5,0% (cinco por cento) do capital social da Companhia nesta data ("Limite Global de Outorga").

O número de ações objeto das Opções poderá ser ajustado em razão da aprovação de operações de grupamento, desdobramento ou bonificação em ações de emissão da Companhia.

Caso seja aprovada a emissão de novas ações de emissão da Companhia, mediante aumento de capital por subscrição pública ou privada, a quantidade de Opções equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total de Opções outorgadas ao Beneficiário será ajustada ("Opções Ajustadas por Aumento de Capital"), de modo que as Opções Ajustadas por Aumento de Capital confirmem ao Beneficiário o

direito de subscrever, após tal aumento de capital, ações representativas do mesmo percentual a que o Beneficiário faria jus antes do referido aumento de capital.

d. Condições de aquisição

A outorga das Opções aos Beneficiários será realizada mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, que individualizará o número de Opções a que o Beneficiário fará jus.

O exercício das Opções pelos Beneficiários estará condicionado a:

- (v) renovação do contrato de concessão de fornecimento de energia elétrica da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") perante a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL") ("Condição de Vesting I");
- (vi) diminuição da glosa de perda e PECLD em relação à revisão tarifária de 2022 ("Valor Ganho") igual ou superior a R\$ 300 milhões, no momento da renovação ou antes da renovação através de um Reajuste Tarifário Extraordinário ("RTE") ("Condição de Vesting II");
- (vii) inclusão de regra específica de reconhecimento de perdas em "ARSOs" na renovação do contrato de concessão de fornecimento de energia elétrica da Light SESA perante a ANEEL ("Condição de Vesting III"); e
- (viii) readequação da estrutura de capital da Light SESA em termos que permitam a renovação do contrato de concessão da Light SESA ("Condição de Vesting IV" e, em conjunto com a Condição de Vesting I, Condição de Vesting II, Condição de Vesting III, e Condição de Vesting IV, "Condições de Vesting").

As Opções somente serão exercíveis após o prazo de vigência do Plano, que se encerrará em 31 de agosto de 2026 ("Prazo de Carência"), e desde que verificadas as Condições de Vesting, e será sempre proporcional ao cumprimento ou verificação, conforme o caso, das Condições de Vesting, de acordo com os seguintes percentuais, a serem aplicados de forma cumulativa para a determinação do número de Opções a que cada Beneficiário fará jus ("Percentual de Vesting"), conforme abaixo:

- (i) a satisfação somente da Condição de Vesting I conferirá ao Beneficiário o direito ao exercício de 40% das Opções;
- (ii) caso a Condição de Vesting I tenha sido satisfeita, a satisfação da Condição de Vesting II conferirá o direito ao exercício de adicional de entre 10% e 20% das Opções ("Percentual Vesting Condição de Vesting II"), calculado de acordo com a seguinte metodologia:

- a. Caso o Valor Ganho tenha sido de R\$ 300 milhões, o Vesting Condição de Vesting II será 10%,
 - b. Caso o Valor Ganho tenha sido superior a R\$ 300 milhões e inferior a R\$ 500 milhões, o Percentual Vesting Condição de Vesting II será determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{Percentual Vesting Condição de Vesting II} = 10\% + [(\text{Valor Ganho} - 300.000.00) / (200.000.000)] * (10\%), \text{ e}$$
 - c. Caso o Valor Ganho tenha sido igual ou superior a R\$ 500 milhões, o Percentual Vesting Condição de Vesting II será 20%;
- (iii) Caso a Condição de Vesting I tenha sido satisfeita, a satisfação da Condição de Vesting III conferirá ao Beneficiário o direito ao exercício de 10% das Opções; e
- (iv) Caso a Condição de Vesting I tenha sido satisfeita, a satisfação da Condição de Vesting IV conferirá ao Beneficiário o direito ao exercício de 30% das Opções.

A efetiva transferência das Opções para o Beneficiário somente se dará com o implemento das Condições de Vesting e o encerramento do Prazo de Carência, de modo que a aprovação dos Programas ou a celebração dos Contratos, por si só, não garantem ao Beneficiário quaisquer direitos sobre as Opções outorgadas, nem tampouco representam garantia do seu recebimento.

e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O preço de exercício das Opções será equivalente a R\$ 0,01 (um centavo de reais) por lote de 1.000 (mil) ações, tendo sido fixado por preço simbólico de modo que o exercício dos direitos previstos no Plano não seja oneroso para os Beneficiários.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício

O Prazo de Carência se encerrará em 31 de agosto de 2026 e foi fixado considerando o prazo final para renovação do contrato de concessão da Light SESA .

g. Forma de liquidação de opções

As Opções serão exercidas pelos Beneficiários mediante o pagamento do preço de exercício, em dinheiro, em até 60 (sessenta) dias contados do encerramento do Prazo de Carência.

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Prazo de Carência será acelerado e as Opções poderão ser exercidas antecipadamente pelos Beneficiários na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) um acionista (ou grupo de acionistas que atue em conjunto) passe a deter a maioria das ações com direito a voto ou a totalidade do capital da Companhia;
- (ii) alienação integral das ações de emissão da Light SESA detidas pela Companhia ou alienação do controle da Light SESA pela Companhia; ou
- (iii) um acionista (ou grupo de acionistas que atue em conjunto) passe a deter mais de 30% do capital social da Companhia ou da Light SESA

Em qualquer destas hipóteses, será conferido aos Beneficiários o direito ao exercício antecipado de 100% das Opções a ele outorgadas na data de divulgação do referido evento.

Adicionalmente, os Beneficiários (ou seus sucessores) farão jus ao exercício antecipado de uma parcela ou da totalidade das Opções, independentemente do término do Prazo de Carência, na hipótese de ocorrer (i) o desligamento do Beneficiário por iniciativa da Companhia, sem justa causa; (ii) falecimento do Beneficiário; ou (iii) invalidez permanente do Beneficiário, conforme reconhecida pela Previdência Social, observados as Condições de Vesting e os Percentuais de Vesting.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano

- gerar um maior alinhamento de interesses dos Beneficiários com os acionistas da Companhia, na busca de um crescimento sustentável dos seus negócios;
- buscar o atingimento dos objetivos sociais e das metas da Companhia;
- reforçar a capacidade da Companhia de atrair, reter e motivar os Beneficiários, buscando um comprometimento de longo prazo destes com os objetivos da Companhia; e
- compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes aos negócios da Companhia.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribuiu para os objetivos acima descritos na medida em que busca a estabelecer um alinhamento de longo prazo entre a Companhia, os Beneficiários e os acionistas, estimulando a estratégia da Companhia. A administração julgou necessário ajustar os incentivos de longo prazo, objetivando que a Companhia tenha remuneração de longo prazo que atraia e retenha os melhores talentos, inclusive da liderança, para implementar as suas estratégias.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Plano é um dos componentes do pacote de remuneração da Companhia, correspondendo à parcela de remuneração variável de longo prazo baseada em ações da Diretoria, e está alinhado às práticas de mercado de oferecer pacotes atrativos, o que permite atrair, reter e motivar o comprometimento dos Beneficiários do Plano à geração de resultados sustentáveis da Companhia, alinhando interesses a longo prazo.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano é estruturado de forma a permitir o alinhamento de interesses dos Beneficiários em diferentes horizontes de tempo.

Além disso, o Plano prevê um período de indisponibilidade (*lock-up*) de 1 (um) ano, durante o qual o Beneficiário não poderá alienar ou onerar as ações por ele subscritas.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

De acordo com a legislação aplicável e as características do Plano, a contabilização do Plano ocorrerá ao longo dos próximos 3,44 (3 anos e 5,28 meses) anos e observará o atingimento das Condições de Vesting.

O custo estimado unitário é de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) por Opção, baseada no Limite Global de Outorga. A Companhia estima uma despesa relacionada ao Plano de R\$ 12.125.250,80 (doze milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos) ("Despesa Total Estimada do Plano"), sendo que, da Despesa Total Estimada do Plano, a Companhia estima uma despesa no valor de R\$ 2.737.338,02 para o exercício social de 2023.